

Relatório de Atividades 2008



→ SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	2
NOVA SEDE	4
PLANO DE METAS	5
GESTÃO PREVIDENCIAL	9
Planos de Benefícios Previdenciais	10
Quadro de Participantes	10
Rentabilidade do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV	11
Evolução dos Índices Pré e Pós-fixado	11
Folha de Pagamentos de Benefícios	12
Plano de Custeio.....	13
GESTÃO DOS INVESTIMENTOS.....	15
Carteira de Investimentos por Plano e Categoria de Ativos	16
Estratégia para os Investimentos e Plano de Alocação para o período 2009 a 2013.....	17
Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA	18
Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV	19

A tradução das siglas e dos termos técnicos utilizados na linguagem deste Relatório estão disponíveis no portal da Brasileiros.

Acesse www.brasileiros.com.br

Em caso de dúvidas, entre em contato: correioexpresso@brasileiros.com.br

→ APRESENTAÇÃO

Visão de Futuro

Há muito tempo, a Fundação Brasileiros vem promovendo mudanças na sua forma de gestão, de modo a acompanhar a velocidade dos acontecimentos no segmento em que atua, em especial, frente à legislação e às demandas dos órgãos governamentais que supervisionam o setor, os quais, nos últimos anos, intensificaram não só a regulação, mas também a fiscalização nas Entidades.

De uma maneira mais detalhada, o Conselho Deliberativo e a Diretoria da Brasileiros aprovaram, no ano de 2008, o Planejamento Estratégico Plurianual (quinquênio 2008/2012), aprimorando, junto com outras atividades institucionais que já eram realizadas, como a Política de Investimentos e o Orçamento Anual, a forma de programar suas metas e ações decorrentes.

Esse procedimento visou favorecer a organização das atividades da Entidade com foco na sua **missão** e **visão**, permitindo que as metas fossem atingidas com o mínimo de custos possíveis.

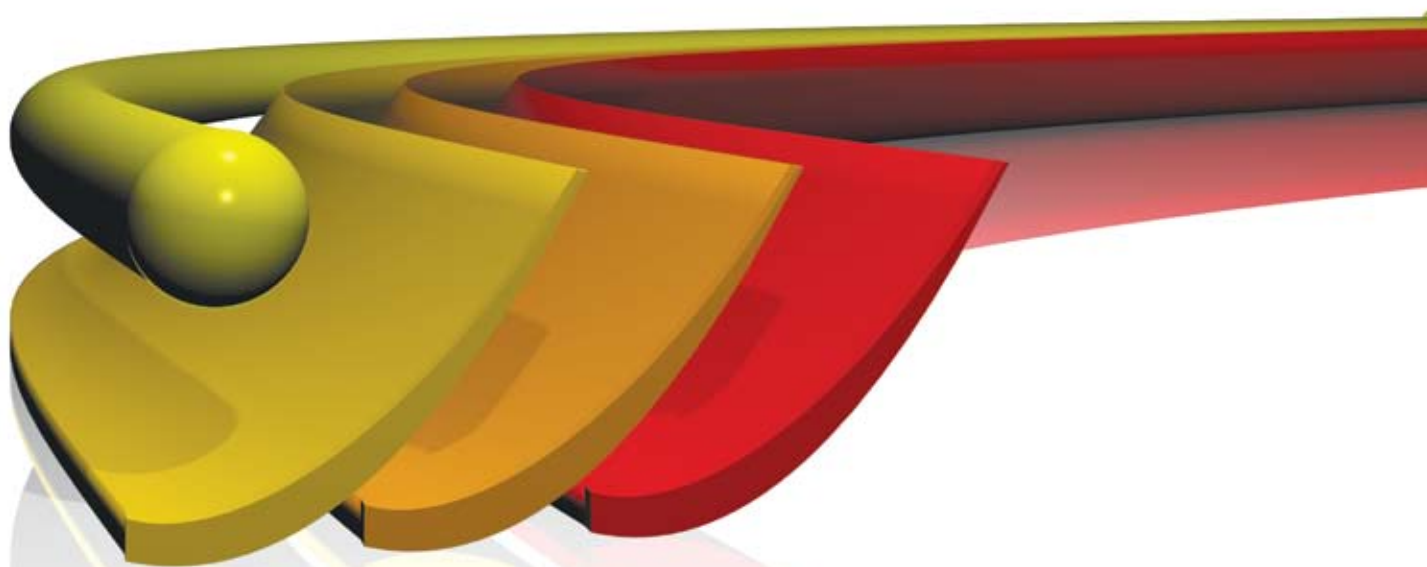
Apesar de 2008 ter sido atingido por uma crise sem precedentes, com um cenário econômico global que assustou o mundo, as Entidades de Previdência Privada puderam suportar com relativa tranquilidade esse momento, dado os excelentes resultados obtidos em anos anteriores.

Evidentemente, a crise não passou e o ano de 2008 terminou com uma grande incógnita em relação ao futuro. Assim, o planejamento organizado das metas a serem atingidas é de significativa importância, pois estas dão sustentação à gestão do negócio.

Pensar hoje no futuro, em previdência é de fundamental importância. O próprio nome diz, previdência é prever, ter cautela, minimizar riscos, em especial tratando-se de um segmento que trabalha com recursos de terceiros para utilização futura.

Assim, ter visão de futuro é, da mesma forma, uma atitude singular e primordial. E é desse modo que a Brasiletros vem atuando, se estruturando para que o futuro, quando presente, seja garantido aos seus principais atores, os seus participantes.

Nesta edição do Relatório Anual, apresentamos as metas planejadas e o seu atingimento em 2008, bem como aquelas que, por serem de longo prazo, permanecem na alça de mira, ou seja, no planejamento do próximo quinquênio, além dos principais resultados do referido ano.



→ NOVA SEDE

Otimização de recursos

Em fevereiro de 2008, a Brasileiros passou a desenvolver suas atividades em nova sede, localizada na Av. Visconde do Rio Branco, 429 – 5º andar, no Centro de Niterói, a qual foi cuidadosamente planejada para receber seus participantes, parceiros e visitantes.



A Fundação, agora sediada em local estratégico e muito privilegiado - próximo às barcas e o terminal rodoviário - tornou o atendimento presencial, principalmente dos assistidos, mais acessível e menos desgastante.

Com as novas instalações, a Fundação pode proporcionar aos seus colaboradores um espaço mais confortável, com *layout* moderno, onde todos interagem com mais dinâmica e eficiência.



O espaço conta ainda com *hall* de espera para visitantes, sala de atendimento personalizado para os participantes e sala de reuniões, onde são abordados os diversos assuntos para a boa gestão da administração da entidade.

Conforto, acessibilidade e funcionalidade são características marcantes da nova sede.

→ PLANO DE METAS

O Planejamento Estratégico definido para o período 2008/2012 contempla um elenco de metas que se atualizam a cada ano, conforme o atingimento dos objetivos e da evolução dos temas.

1 **REDUÇÃO DO RISCO DO PLANO DE APOSENTADORIA DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL: desenvolver e implantar novas regras para tornar o Plano em Contribuição Definida Puro.**

» *As alterações foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo, pelas patrocinadoras AMPLA e ENDESA e pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC, com vigência a partir de 14 de agosto de 2008.*

2 **ADEQUAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS INTERNOS EM RAZÃO DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR: cumprir as determinações da fiscalização da SPC, realizada no ano de 2007.**

» *A Fundação se manifestou por meio de correspondência, informando as providências adotadas para cada item apontado pela SPC. Os dois únicos tópicos não realizados dependem de resposta da Secretaria sobre Constituição de Fundo Previdencial e Paridade de Custeio no PACV.*

3 **CONQUISTAR E MANTER A BOA IMAGEM DA ENTIDADE: prevista para 2008 a implantação do Projeto de Comunicação, retomando a periodicidade do Brasiletros em Foco e realizando diagnóstico dos pontos relevantes para novos programas de comunicação.**

» *A construção do novo site, a pesquisa de satisfação com os participantes, a criação do Correio Expresso e a retomada das publicações periódicas cumpriram as ações previstas para o ano.*

4 PROMOVER A GARANTIA DE CONFIABILIDADE DOS SISTEMAS INFORMATIZADOS:

Ação 1: Promover a migração de sistemas objetivando sua modernização (plataforma Access para SQL Server e cliente servidor com WEB para participantes).

Ação 2: Implantar a Política de Segurança da Informação.

» Aprovada em 10 de julho de 2008, com implementação das ações iniciais através de Plano Diretor de Informática.”

5 PROTEGER O PASSIVO ATUARIAL DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS: criar Fundo Exclusivo de Investimentos para operação de proteção (hedge) do Passivo Atuarial do Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA.

» Fundo Exclusivo iniciado em agosto de 2008, com a finalidade de proteger o passivo atuarial do PCA (Benefício Definido). Foi recomendado em estudo de Asset Liability Management, em cumprimento à Política de Investimentos, a ser constituído por rebalanceamento e realocação dos recursos desse Plano, em uma carteira de ativos financeiros composta de, preponderantemente, títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou do Banco Central do Brasil, sendo vedadas estratégias que impliquem risco de moeda estrangeira ou de renda variável.

A meta do FUNDO será buscar rentabilidade que acompanhe 100% (cem por cento) da variação verificada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC + 7% a. a. (sete por cento ao ano).

6 RACIONALIZAR E REDUZIR CUSTOS ADMINISTRATIVOS: implantar estudo de viabilidade da redução de custos e despesas.

» Foi mantida a mesma taxa de administração em 2008, apesar de terem sido incorporados custos adicionais como as despesas para mudança da sede da Brasiletros.

7**APRIMORAMENTO DOS CONTROLES DE ENQUADRAMENTOS E DE GERENCIAMENTO DE RISCOS:**

Ação 1: Implementar controles de gerenciamento na gestão de riscos dos investimentos, bem como ferramentas de controle e gerenciamento de risco.

» *Contratados serviços de Consultoria especializada para aperfeiçoar as ferramentas de controles e gerenciamento de riscos da Entidade, objetivando a avaliação de riscos de mercado, através de reuniões e apresentações de relatórios para o corpo gerencial da Brasileiros, com periodicidade mensal, contendo informações sobre o nível de exposição da(s) carteira(s) de investimentos da Brasileiros, em relação aos diversos fatores de risco, através de análises de Value-at-Risk consolidado, Value-at-Risk por produto e Stress Analysis.*

Ação 2: Enquadramento on-line e acompanhamento/monitoramento de mandatos e Política de Investimentos.

» *Para o controle de enquadramento dos investimentos, foi contratado aditivo junto ao Banco Custodiante e Controlador, Módulo que tem por objeto estabelecer as condições para a prestação dos serviços de Gerenciamento de Enquadramento dos Ativos dos Fundos Exclusivos (Compliance Ativo On-Line), compreendendo a verificação do enquadramento antes da liquidação de qualquer operação com os ATIVOS dos FUNDOS, dos limites, condições e vedações estabelecidas nos regulamentos dos FUNDOS, nas correspondências, e na legislação e normas da CVM, da Receita Federal do Brasil e da ANBID, bem como da vedação à realização de operações denominadas day trade.*

8

DIVERSIFICAÇÃO E ALOCAÇÃO TÁTICA DOS INVESTIMENTOS DA BRASILETROS: viabilização do “Projeto Casarão”. Buscar a diversificação dos investimentos a partir de estudo e análise de proposição para aquisição de imóvel, como dação de pagamentos, da patrocinadora Ampla.

» *Esta meta aguarda manifestação da patrocinadora para prosseguimento, devendo ser mantida no Planejamento Estratégico já que as ações de competência da Brasileiros foram cumpridas.*

9 SUPERAR A META ATUARIAL: acompanhar, a médio e longo prazos, a rentabilidade e a gestão dos investimentos, em aderência ao estudo técnico de ALM (casamento dos ativos com os compromissos), no tocante à diversificação e alocação tática dos investimentos.

» Esta meta, de longo prazo, vem sendo cumprida inobstante o resultado negativo do ano de 2008, gerado em função da crise mundial no cenário econômico global. Assim, a rentabilidade média acumulada do sistema brasileiro dos Fundos de Pensão, no qual se insere a Brasiletros, tem gerado resultados formadores de reservas suficientes para garantir o fluxo de pagamento de benefícios. A Brasiletros auferiu, no período 1997 a 2008, uma rentabilidade total acumulada de **539,1%**, contra uma Taxa Mínima Atuarial também acumulada de **474,6 %**, demonstrando uma confortável e amortecedora folga superavitária para momentos de stress.

10 PROMOVER A GARANTIA E A CONFIABILIDADE DAS INFORMAÇÕES DA ENTIDADE: organizar o arquivo da Brasiletros, preparando a implantação futura de processos de microfilmagem e/ou digitalização, a partir do Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED).

» Esse processo engloba uma fase inicial de estudo em 2008, com vistas à contratação de empresa especializada em 2009/2010, até a sua implementação total.

GESTÃO PREVIDENCIAL



Planos de Benefícios Previdenciais

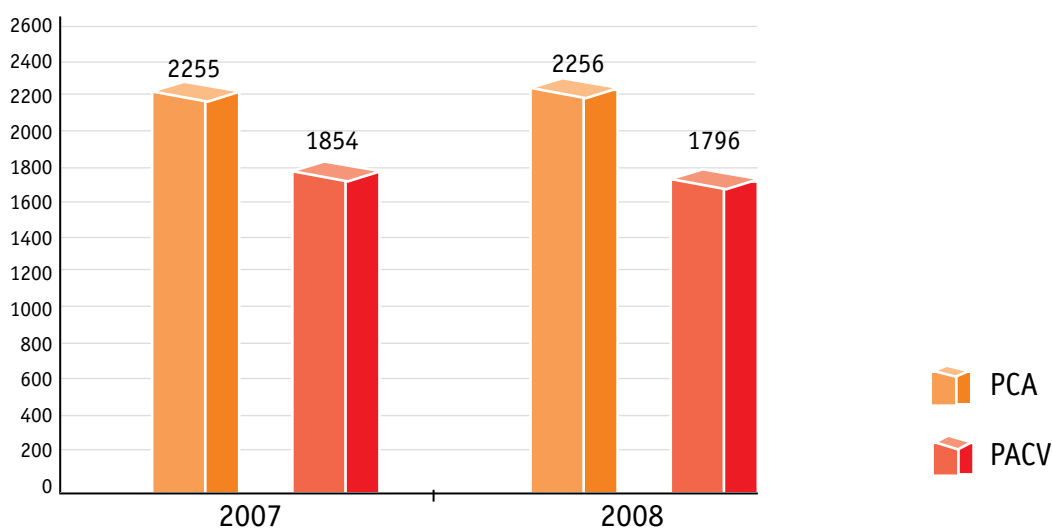
A Fundação Ampla de Seguridade Social – Brasiletros administra o Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA e o Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV.

QUADRO DE PARTICIPANTES

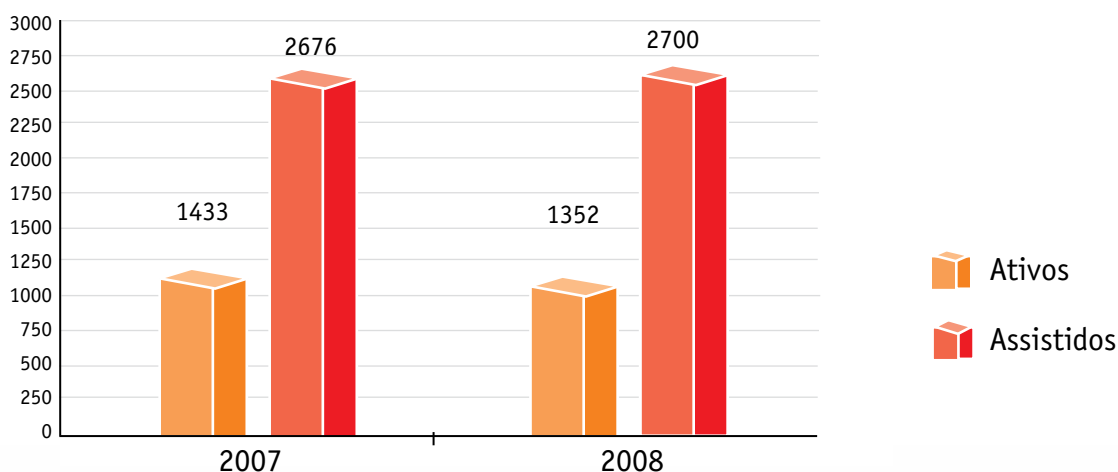
A rotatividade dos funcionários no ano de 2008 manteve a estabilidade na frequência de participantes no Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV, conforme hipótese adotada nesta premissa na Avaliação Atuarial.

O Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA encontra-se com suas inscrições encerradas desde 1999.

Quantidade de participantes por plano



Evolução do quadro de participantes ativos e assistidos



Rentabilidade do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV

EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES PRÉ E PÓS-FIXADO

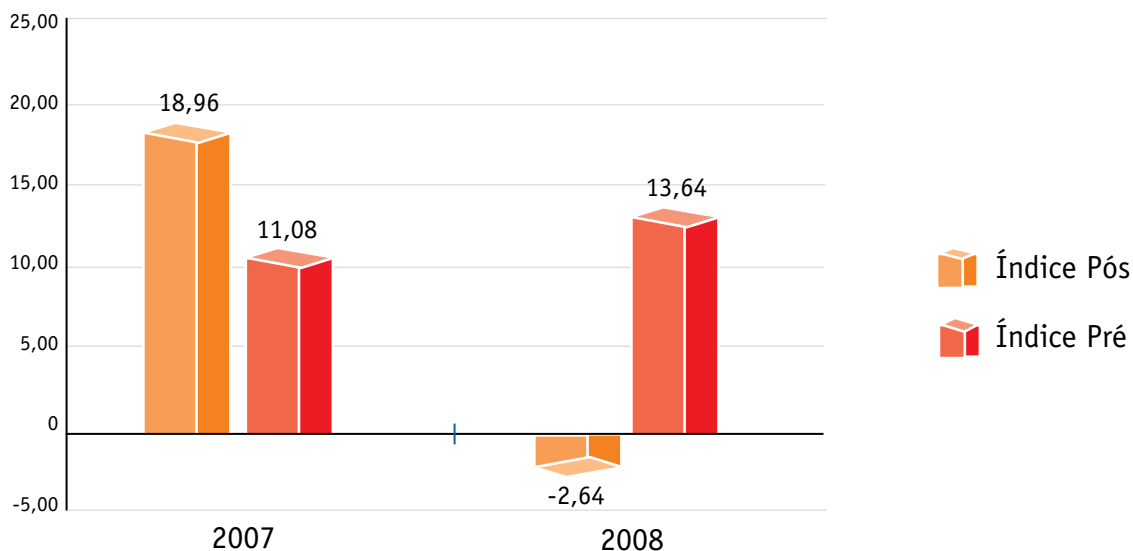
Os recursos aportados pelos participantes e pelas patrocinadoras no PACV são aplicados no mercado financeiro e ficam alocados em contas específicas, rendendo segundo os índices abaixo:

Índices de correção do saldo total da conta do participante

CONTA	ÍNDICE
Reserva Transferida de Participante	Pós-Fixado ⁽¹⁾
Reserva Transferida de Patrocinadora	Pré-Fixado ⁽¹⁾
Contribuição de Participante	Pós-Fixado
Contribuição de Patrocinadora	Pré-Fixado

(¹) - Estas contas só existem para os empregados que migraram para o Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV em 1999.

Índice Pós x Índice Pré



Índice de atualização de contas pós-fixado

É o índice mensal utilizado para atualização da Conta de Contribuição de Participante e da Conta de Reserva Transferida de Participante. Esse índice será equivalente ao retorno dos investimentos obtido no mês, pela parcela do ativo do Plano destinada à cobertura dos benefícios e das despesas administrativas.

Índice de atualização de contas pré-fixado

É o índice mensal utilizado para atualização da Conta de Contribuição de Patrocinadora e da Conta de Reserva Transferida de Patrocinadora. Esse índice será equivalente à variação do Índice de Reajuste referente ao mês anterior, acrescida da taxa de juros mensal equivalente à taxa anual de 6% .

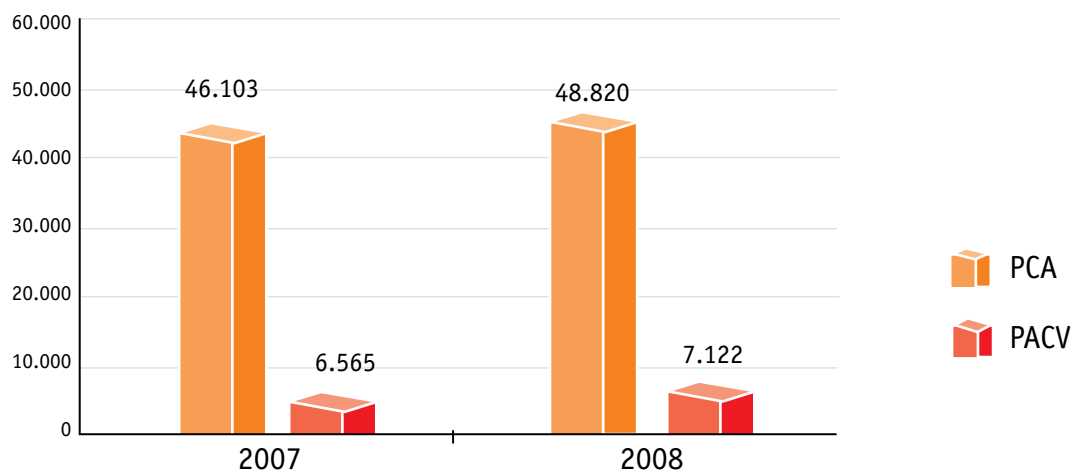
Folha de Pagamentos de Benefícios

Os benefícios pagos em dezembro de 2008 contemplaram a 2006 assistidos e 694 pensionistas. Do total da despesa com a folha de pagamentos de benefícios, 83% refere-se aos participantes do Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA.

BENEFÍCIO EM MANUTENÇÃO		
Benefícios Pagos - PCA		
Tipo de Benefício	Dezembro 2007	Dezembro 2008
Aposentadoria Especial e do Ex-combatente	62	58
Aposentadoria por Idade	13	12
Aposentadoria por Invalidez	68	67
Aposentadoria por Tempo de Contribuição	1.497	1.473
Pensão por Morte	598	632
Total	2238	2242
Benefícios Pagos - PACV		
Tipo de Benefício	Dezembro 2007	Dezembro 2008
Aposentadoria Antecipada	210	221
Aposentadoria Normal	120	120
Aposentadoria por Invalidez	33	38
Pensão por Morte	61	62
Benefício Diferido por Desligamento	14	17
Total	438	458

PAGAMENTOS DE BENEFÍCIOS

Folha de Benefícios Previdenciais - valores em MR\$



PERCENTUAL	2007	2008
PCA	87,54%	87,27%
PACV	12,46%	12,73%

Plano de Custeio

O Plano de Custeio tem por objetivo estabelecer os níveis de contribuições necessários para garantir o equilíbrio atuarial dos planos de benefícios, a constituição das reservas garantidoras e a cobertura de despesas administrativas.

Sua periodicidade é anual, sendo elaborado pelo Atuário Oficial em conformidade com os critérios definidos na legislação que regula o sistema.

Custo Anual dos Planos

(Em % das folhas de pagamentos das patrocinadoras)

	PCA		PACV	
	2007	2008	2007	2008
Aposentadoria	3,24	7,07	9,03	8,95
Invalidez	1,12	0,06	0,02	0,19
Pensão por Morte	0,91	0,02	0,00	0,00
Despesas Administrativas	3,97	3,97	3,97	3,97
TOTAL	9,24	11,12	13,02	13,11

Níveis de contribuições

(Em % do valor da folha dos participantes)

	PCA		PACV	
	2007	2008	2007	2008
Patrocinadoras	4,62	5,56	8,28	8,41
Contribuição Normal	0,65	1,59	4,29	4,25
Contribuição Especial			0,02	0,19
Despesas Administrativas	3,97	3,97	3,97	3,97
Participantes Ativos	4,62	5,56	4,74	4,70
Participantes Assistidos	3,66	3,67	0,00	0,00

Provisões Matemáticas

(Exigível Atuarial) - MR\$

	31/12/2008		31/12/2007	
	PCA	PACV	PCA	PACV
Patrimônio Líquido	511.510	173.684	569.268	184.667
Provisões Matemáticas	579.369	174.562	556.417	162.933
Benefícios Concedidos	568.936	89.425	542.682	82.268
Benefícios a Conceder	10.433	85.137	13.735	80.665
Fundo Previdencial	0	0	12.851	0
Superávit / (Déficit)	(67.859)	(878)	0	21.734

Os resultados atuariais dos Planos em 31 de dezembro de 2008, influenciados pela crise financeira mundial, embora deficitários, não caracterizam um risco à solvência do fundo, tendo em vista que os resultados obtidos e acumulados em anos anteriores garantem plenamente o fluxo de pagamentos dos benefícios.

O resultado deficitário do PCA será incorporado ao saldo do contrato de Reserva a Amortizar, em cumprimento à cláusula 3ª do mesmo, uma vez que foi superior a 10% do Exigível Atuarial estabelecido na Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, que define as condições e os procedimentos a serem observados pelas EFPC's na apuração de resultado.

Quanto ao resultado do PACV, por ter sido inferior a 10% das Provisões Matemáticas; decorrer de situação conjuntural econômica; e possuir reserva para o fluxo de pagamentos futuros dos benefícios, poderá aguardar o resultado do próximo exercício, sem haver necessidade de revisão do custeio.

X²

***GESTÃO DOS
INVESTIMENTOS***



Carteira de Investimentos por Plano e Categoria de Ativos

Posição 31/12/2008 – Valores em R\$ mil

	PLANO PCA			PLANO PACV			TOTAL		
	CARTEIRAS		ALM	CARTEIRAS		ALM	CARTEIRAS		ALM
	VALOR	%	%	VALOR	%	%	VALOR	%	%
AÇÕES	80.234	17,18	16,59	28.785	16,57	26,15	109.019	17,02	17,56
IGP-M	80	0,02	75,51	451	0,26	72,35	531	0,08	74,60
CDI/SELIC	299.230	64,07		93.860	54,04		393.090	61,35	
IPCA	40.182	8,60		48.574	27,97		88.756	13,85	
OUTROS	11.869	2,54		2.019	1,16		13.888	2,17	
Sub-Total	431.594	92,41	92,10	173.689	100,00	98,50	605.283	94,47	92,16
Imóveis	35.369	7,57	6,20	0	0,00	0,00	35.369	5,52	6,20
Operações c/ Participantes	59	0,01	1,50	0	0,00	1,50	59	0,01	1,50
TOTAL	467.022	100	100	173.689	100	100	640.712	100	100

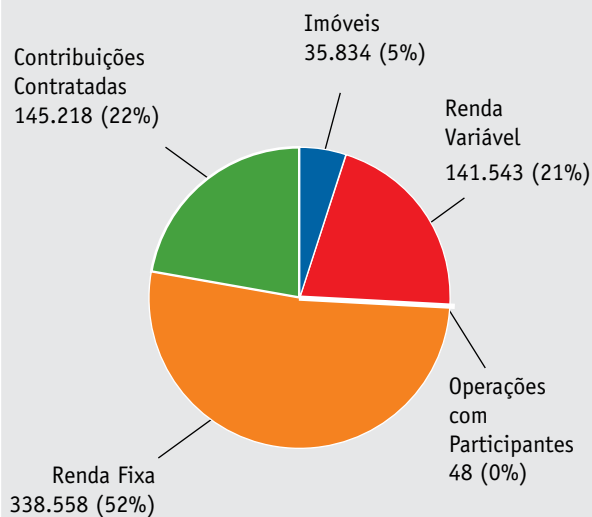
Obs.: OUTROS - inclui PTAX, FUTUROS, OPÇÕES DE FUTUROS e CONTAS A PAGAS/RECEBER.

Portfólio dos Investimentos

Portfólio dos Investimentos do Plano PCA

31/12/2007

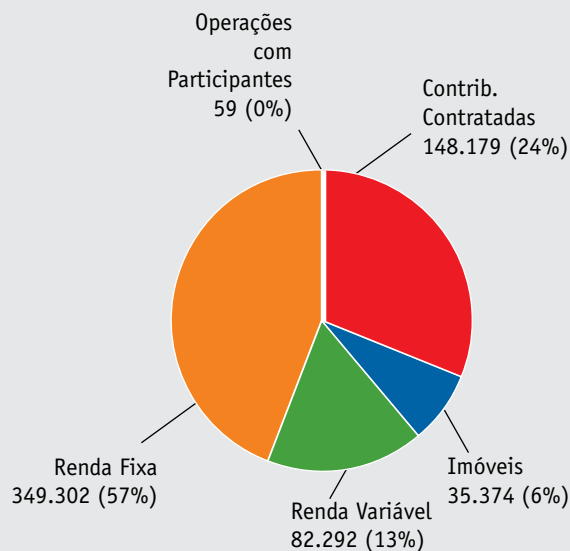
Total:661.201

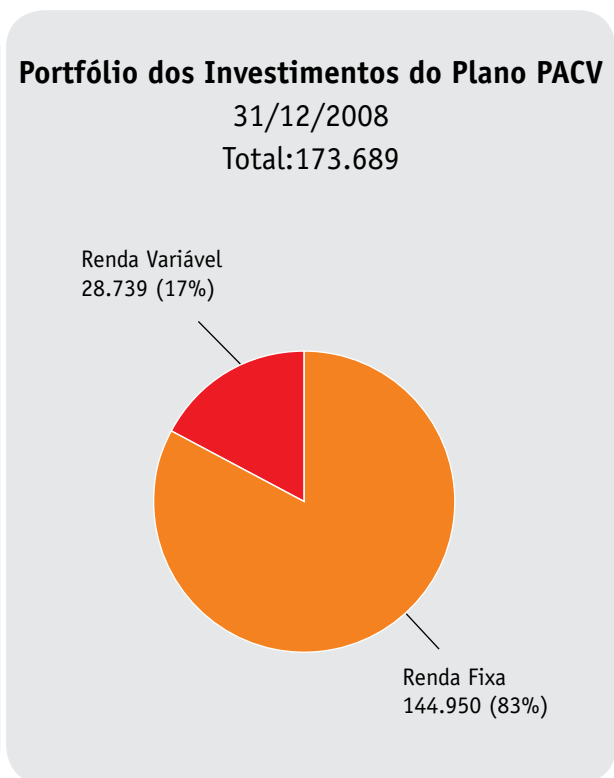
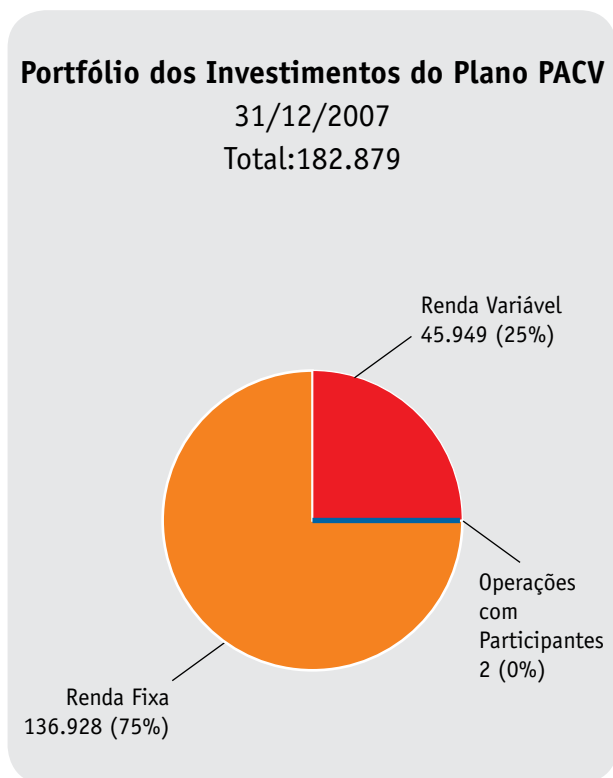


Portfólio dos Investimentos do Plano PCA

31/12/2008

Total:615.206





OBS: A gestão dos recursos em Renda Fixa e Renda Variável está diversificada e terceirizada em Fundos Exclusivos, conforme limites definidos em legislação pela SPC, CVM e BACEN.

Estratégia para os Investimentos e Plano de Alocação para o período 2009 a 2013

Com a expectativa de continuidade da redução das taxas de juros SELIC pelo BACEN, recomenda-se um acompanhamento ativo do cenário macroeconômico conjugado com um maior desprendimento na procura de ativos e alocação que possuam rentabilidade e risco adequado às nossas imposições de segurança, confiabilidade e liquidez.

A análise do cenário macroeconômico é fundamental para a definição da estratégia de investimento dos recursos confiados à Entidade. Dessa forma, o objetivo e os limites de alocação estabelecidos na política de investimentos foram elaborados tendo em vista as expectativas de inflação, de juros, de crescimento do PIB e de câmbio, entre outras variáveis.

Cenário Econômico

VALOR ESPERADO - TAXA REAL EM RELAÇÃO AO INPC: (% A.A.)							
ANO	INPC	SELIC	IBOVESPA	IFM	IFM-I	IPCA	IGP-M
2009	4,90	8,08	15,11	9,90	8,80	0,15	0,57
2010	4,50	7,18	14,14	8,98	7,89	0,00	0,00
2011	4,50	6,22	13,12	8,00	6,93	0,00	0,00
2012	4,32	5,44	12,30	7,21	6,15	0,17	0,17
2013	4,32	5,44	12,30	4,21	6,15	0,17	0,17

INPC - Taxa nominal (em reais) % a.a.

Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA

A estratégia de macroalocação dos recursos da Brasiletros, para cada plano previdenciário, foi definida por modelo de alocação de ativos segundo o passivo previdenciário. Os parâmetros levam em conta, quando cabível, o fluxo previdenciário e premissas atuariais, ambos fornecidos pelo atuário responsável, e as diversas hipóteses sobre os retornos esperados dos ativos, da liquidez e das perspectivas de realização no tempo.

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	ALOCÇÃO OBJETIVO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR
Renda Fixa	73,75%	57,00%	100,00%
Renda Variável	14,22%	57,00%	100,00%
Imóveis	7,03%	0,00%	8,00%
Empréstimos e Financiamentos	5,00%	0,00%	10,00%
Taxa Anual de Retorno Médio	Nominal	13,05%	
Esperado	Real	7,77%	

A tabela anterior apresenta a alocação-objetivo da Fundação para o período de 2009 a 2013, obtida através do estudo de ALM, considerando otimização da carteira de investimentos, o passivo atuarial e os cenários de curto, médio e longo prazo (é importante ressaltar que os limites possuem fundamental importância para aproveitamento das oportunidades de mercado como, por exemplo, a alteração de cenário econômico).

No segmento de renda fixa, foi utilizado em torno de 55,01% do Programa de Investimentos para proteção dos Benefícios, com alocação nos investimentos em renda fixa, indexados a índices de preços levados pela curva até o vencimento.

Para os segmentos de renda fixa, imóveis e empréstimos e financiamentos, o plano PCA utiliza como *benchmark* sua meta atuarial, o INPC + 6% a.a. e para o segmento de renda variável o IBrX-50 médio.

Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR
Renda Fixa	71,12%	55,00%	100,00%
Renda Variável	23,88%	0,00%	35,00%
Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%
Empréstimos e Financiamentos	5,00%	0,00%	10,00%
Taxa Anual de Retorno Médio Esperado	Nominal	13,85%	
	Real	8,53%	

Os limites de alocação são revistos anualmente em função do cenário macroeconômico vigente e das oportunidades de mercado que podem maximizar o retorno.

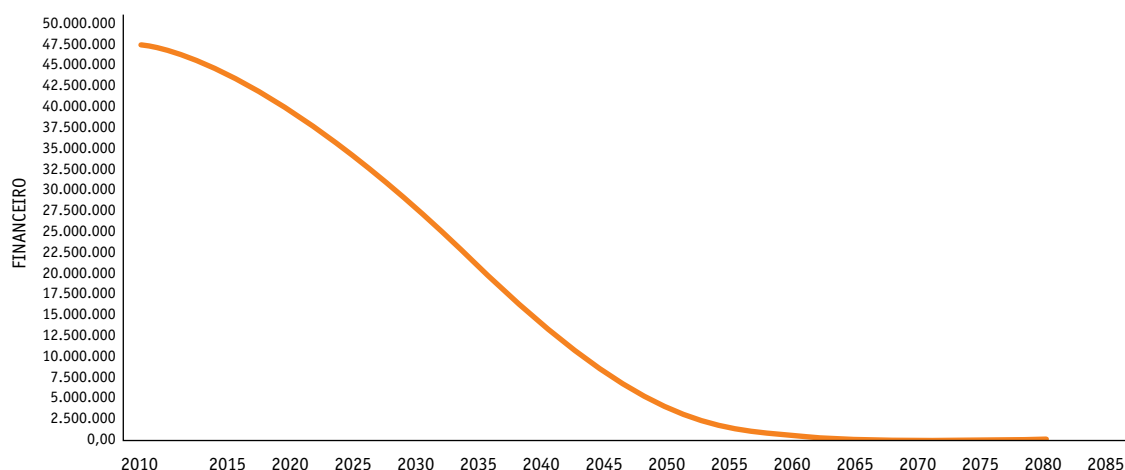
A alocação de recursos sugerida para o segmento de Renda Fixa é baseada na precaução do risco de queda na taxa de juros.

Para o segmento de renda fixa, o plano PACV utiliza como *benchmark* o índice composto de 70% CDI + 30% IMA-B, para o segmento de renda variável o IBrX-50 médio, para os segmentos de imóveis e empréstimos e financiamentos estabeleceu a meta atuarial de INPC + 6% a.a.

Fluxo de Pagamento de Benefícios

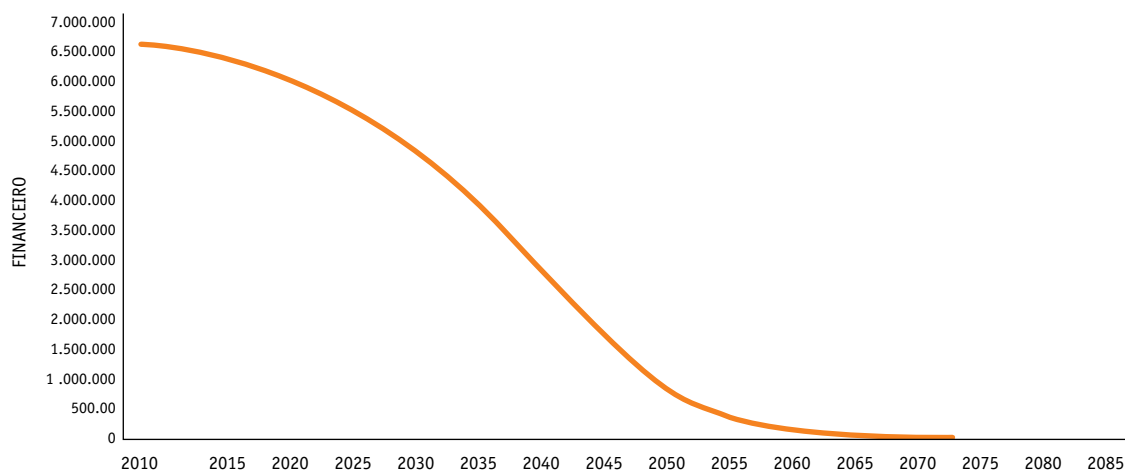
Os gráficos a seguir mostram os fluxos de desembolso anuais projetados dos passivos atuariais dos planos PCA e PACV, assumindo a premissa de que não ocorrerá entrada de novos participantes.

FLUXO DE PASSIVO LÍQUIDO PCA



O Passivo Atuarial é representado pelo valor atual dos compromissos dos planos da Brasiletros com os participantes ativos, aposentados e pensionistas, menos o valor atual das receitas de contribuições dos participantes e patrocinadoras.

FLUXO BENEFÍCIO CONCEDIDO PACV

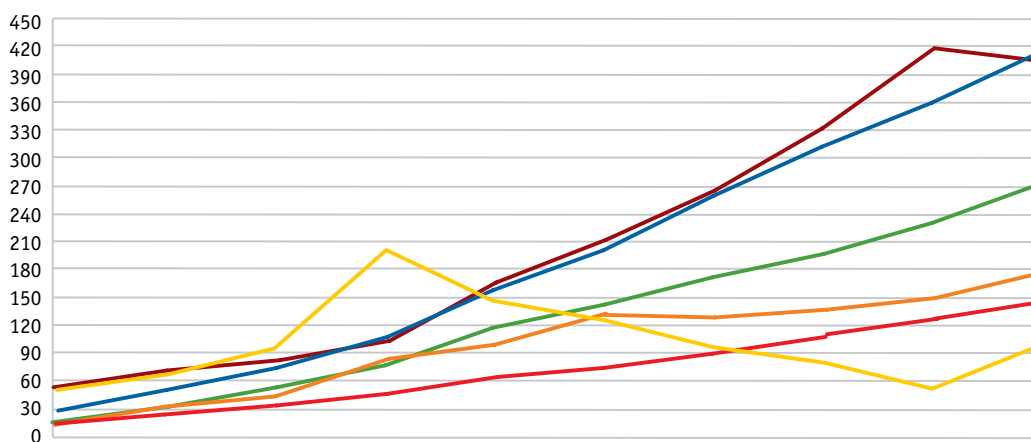


Observação: no plano PACV, o gráfico corresponde apenas à parcela de benefícios concedidos.

A estrutura do passivo atuarial possui papel fundamental para a determinação das estratégias de investimentos, já que, a partir dela, pode-se avaliar o nível de risco tolerado para os investimentos.

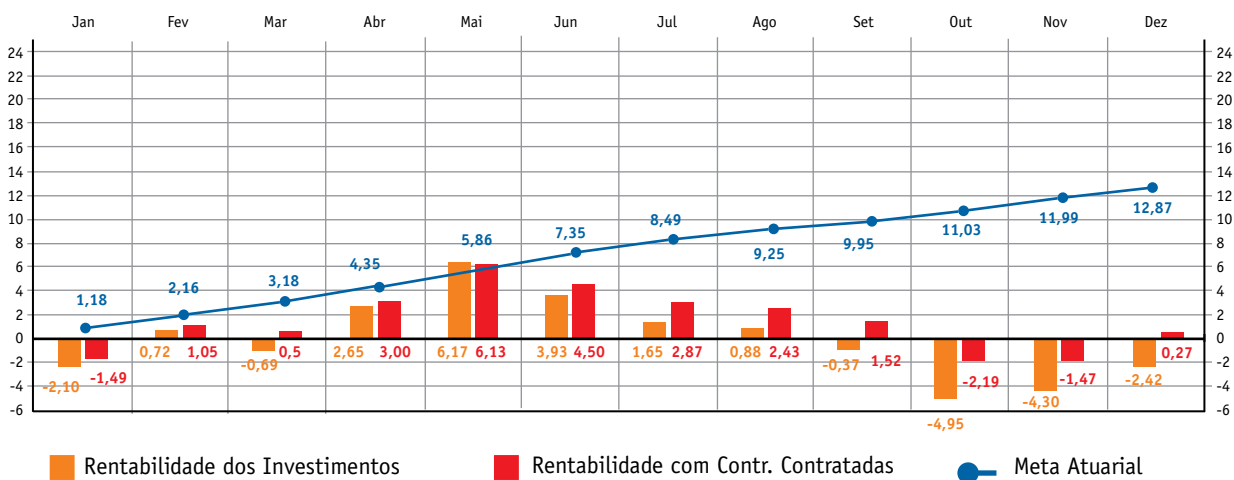
Rentabilidade Acumulada dos Investimentos

RENTABILIDADE ACUMULADA CONSOLIDADA DO ÍNDICE PÓS E PRÉ-FIXADO (%) X OUTROS INDEXADORES



	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Índice Pós	50,41	65,39	77,80	99,68	158,97	201,36	252,61	321,93	401,92	388,65
Índice Pré	14,57	28,09	48,31	76,94	111,49	137,17	165,30	188,49	220,45	264,15
IGP-M	20,10	32,05	45,74	82,62	98,49	123,14	125,82	134,49	148,25	172,60
Poupança	12,25	21,67	32,12	44,19	60,20	73,18	89,07	104,82	120,76	138,22
CDI	25,13	46,80	72,18	105,09	152,94	193,84	249,64	302,22	346,02	401,24
Dólar	48,01	61,77	91,98	192,33	139,03	119,61	93,65	76,88	46,55	93,35

Rentabilidade Consolidada Acumulada x Meta Atuarial em 2008



CONSELHO DELIBERATIVO

Membros Efetivos

Luís Carlos Silva Miranda
Vitelmo Ferreira
Dilma Nascimento Trindade
Aloisio Antonio de Jesus Pinto Baptista
Rodolfo Gonçalves Borges
David Augusto de Abreu
Aurenio Pereira Carneiro Filho
Eduardo Machado dos Santos
José Carlos Pacheco
Jorge Antônio Augusto

Membros Suplentes

Acácio Barreto Neto
André Luís Cabral Theobald
Geraldo Ricardo de Oliveira Raed
Fernando Vinicius Franceschi Jardim
Murilo Haydt de Souza
Ludmila de Aquino Lobo
Vanderlei Robadey de Carvalho
Augusto Cesar Nogueira de Oliveira Costa
Sérgio Ribeiro Lima
Manoel Ornellas Filho

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos

Giovani Mascarenhas Araújo
Oscar Enrique Campos Jara
Humberto Baptista da Rocha

Membros Suplentes

Julia Freitas de Alcântara Nunes
Michelle Rodrigues Nogueira
José Bento Curione

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETOR-PRESIDENTE

Luís Carlos Silva Miranda

DIRETOR DE INVESTIMENTOS,
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Vitelmo Ferreira

DIRETORA DE SEGURIDADE

Dilma Nascimento Trindade

FUNDAÇÃO AMPLA DE SEGURIDADE SOCIAL – BRASILETROS

Av. Visconde do Rio Branco, 429 – 5º andar

24020-003 – Centro – Niterói – RJ

Telefone (21) 2707-5550

www.brasiletros.com.br

e-mail: brasiletros@ampla.com

RELATÓRIO ANUAL 2008

COORDENAÇÃO GERAL: Fábio Alves de Brito
EDIÇÃO, PRODUÇÃO EDITORIAL, PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:

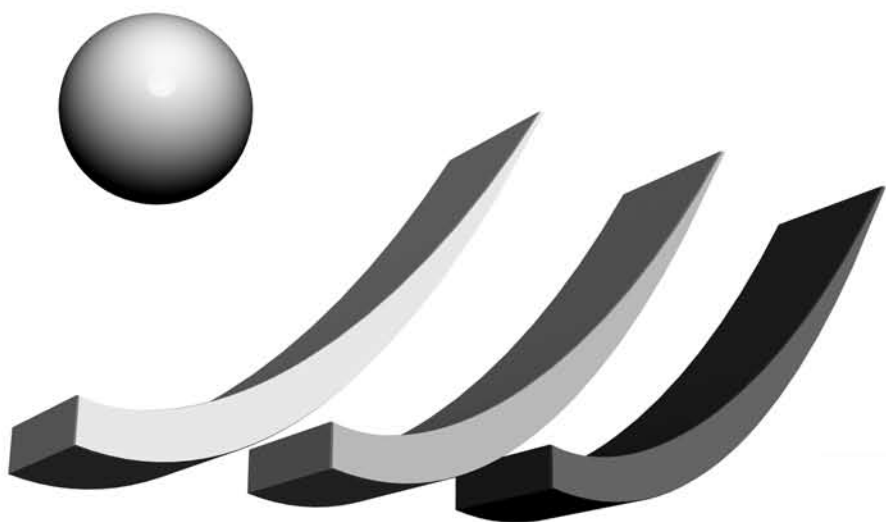
Helena Valença - Resultados em Comunicação

Tiragem: 4.300 exemplares

AGRADECIMENTOS

A Diretoria da Brasileiros, ao publicar este Relatório, que apresenta as realizações do exercício de 2008, manifesta os sinceros agradecimentos aos seus colaboradores, conselheiros, parceiros, equipe técnica e executivos de suas patrocinadoras, e, acima de tudo, aos seus participantes, que contribuíram para nossa Entidade se manter sólida e firme no cumprimento de sua missão, a despeito de qualquer crise que possa surgir no cenário nacional e internacional.





*Relatório de
Atividades*
2008

OBRIGATORIEDADES



→ SUMÁRIO

Balanço Patrimonial	4
Demonstração de Resultados.....	5
Demonstração de Fluxos Financeiros.....	6
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	7
Demonstração Patrimonial por Plano	17
Resumo do Parecer Atuarial – PCA.....	20
Resumo do Parecer Atuarial – PACV	24
Pareceres	28
Acompanhamento da Política de Investimentos	31
Demonstrativo Analítico dos Investimentos	35
Modificações no Estatuto e Regulamentos.....	40

→ BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

ATIVO	2008	2007
DISPONÍVEL	173	177
REALIZÁVEL	<u>795.263</u>	<u>850.860</u>
Programa Previdencial	149.468	146.703
Programa Administrativo	485	784
Programa de Investimentos	<u>645.310</u>	<u>703.373</u>
Renda Fixa	498.846	479.996
Renda Variável	111.031	187.493
Investimentos Imobiliários	35.374	35.834
Operações com Participantes	59	50
PERMANENTE	<u>157</u>	<u>87</u>
Imobilizado	157	87
TOTAL DO ATIVO	<u>795.593</u>	<u>851.124</u>

PASSIVO	2008	2007
EXIGÍVEL OPERACIONAL	<u>2.242</u>	<u>3.252</u>
Programa Previdencial	1.696	2.580
Programa Administrativo	541	568
Programa de Investimentos	5	104
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	<u>103.902</u>	<u>89.475</u>
Programa Previdencial	102.008	88.066
Programa Administrativo	677	332
Programa de Investimentos	1.217	1.077
EXIGÍVEL ATUARIAL	<u>753.931</u>	<u>719.350</u>
Provisões Matemáticas	<u>753.931</u>	<u>719.350</u>
Benefícios Concedidos	658.361	624.950
Benefícios a Conceder	95.570	94.400
RESERVAS E FUNDOS	<u>(64.482)</u>	<u>39.047</u>
Equilíbrio Técnico	<u>(68.737)</u>	<u>21.734</u>
Resultado Realizados	<u>(68.737)</u>	<u>21.734</u>
(-) Déficit / Superávit Técnico Acumulado	<u>(68.737)</u>	<u>21.734</u>
FUNDOS	<u>4.255</u>	<u>17.313</u>
Programa Previdencial	-	12.851
Programa Administrativo	4.196	4.412
Programa de Investimentos	59	50
TOTAL DO PASSIVO	<u>795.593</u>	<u>851.124</u>

→ DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	2008	2007
PROGRAMA PREVIDENCIAL:		
Recursos Coletados	29.848	52.889
Recursos Utilizados	(57.896)	(60.081)
Constituições de Contingências	(18.123)	(12.957)
Custeio Administrativo	(2.688)	(2.700)
Resultado dos Investimentos Previdenciais	(19.882)	122.690
Constituições de Provisões Atuariais	(34.581)	(52.733)
Reversões de Fundos	<u>12.851</u>	<u>4.079</u>
Déficit / Superávit Técnico do Exercício	<u>(90.471)</u>	<u>51.187</u>
PROGRAMA ADMINISTRATIVO:		
Recursos Oriundos de Outros Programas	4.696	4.321
Despesas	(4.975)	(3.683)
Reversões / Constituições de Contingências	(384)	5
Resultado dos Investimentos Administrativos	447	435
Reversões / Constituições de Fundos	<u>216</u>	<u>(1.078)</u>
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS:		
Renda Fixa	52.891	48.719
Renda Variável	(75.251)	71.935
Investimentos Imobiliários	5.127	4.510
Operações com Participantes	53	37
Relacionados com o Disponível	(96)	(378)
Constituições de Contingências	(142)	(110)
Custeio Administrativo	(2.008)	(1.621)
Resultados Transferidos para Outros Programas	19.435	(123.125)
Constituições / Reversões de Fundos	<u>(9)</u>	<u>33</u>

→ DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS FINANCEIROS

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	2008	2007
PROGRAMA PREVIDENCIAL	<u>(35.875)</u>	<u>(28.247)</u>
ENTRADAS	<u>26.282</u>	<u>32.857</u>
Recursos Coletados	29.848	52.889
Recursos a Receber	(3.566)	(20.625)
Outros Realizáveis/Exigibilidades		593
SAÍDAS	<u>(62.157)</u>	<u>(61.104)</u>
Recursos Utilizados	(57.896)	(60.081)
Utilizações a Pagar	87	60
Outros Realizáveis/ Exigibilidades	(168)	-
Constituições de Contingências	(4.180)	(1.083)
PROGRAMA ADMINISTRATIVO	<u>(4.813)</u>	<u>(4.255)</u>
ENTRADAS	<u>310</u>	-
Outros Realizáveis/Exigibilidades	310	-
SAÍDAS	<u>(5.123)</u>	<u>(4.255)</u>
Despesas	(4.975)	(3.683)
Despesas a Pagar	(27)	124
Despesas Futuras	(11)	-
Outros Realizáveis / Exigibilidades	-	(721)
Constituições de Contingências	(40)	-
Permanente	(70)	25
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	<u>40.684</u>	<u>32.492</u>
Renda Fixa	34.041	(5.573)
Renda Variável	1.211	34.296
Investimentos Imobiliários	5.500	4.142
Operações com Participantes	44	70
Relacionadas com o Disponível	(110)	(366)
Constituições de Contingências	(2)	(77)
FLUXO NAS DISPONIBILIDADES	<u>(4)</u>	<u>(10)</u>
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	<u>(4)</u>	<u>(10)</u>

LUÍS CARLOS SILVA MIRANDA	VITELMO FERREIRA	DILMA NASCIMENTO TRINDADE
Diretor-Presidente	Diretor de Investimentos, Administração e Finanças	Diretora de Seguridade
CPF: 306.609.987-34	CPF: 025.114.527-15	CPF: 388.003.657-87
	MARIA HELENA FORMAGGIERI CUNHA	
	Contadora- CRC-RJ 063.987-0	
	CPF: 517.390.627-87	

→ NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro de 2008 e 2007

1. Contexto Operacional

A Fundação Ampla de Seguridade Social – Brasiletros (“Fundação”) é uma entidade de previdência complementar, sem fins lucrativos, constituída em 23 de março de 1972, de acordo com autorização de funcionamento concedida pelo Ministério da Previdência – MPAS, através da Portaria nº 1.549, datada de 17 de maio de 1979.

A Fundação é dotada de autonomia administrativa e financeira, tendo como objetivo instituir e manter planos privados de concessão de benefícios de renda ou de pecúlio, suplementares ou assemelhados aos da Previdência Social.

De conformidade com o Artigo 14 do Código Tributário Nacional (CTN), a Fundação não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de sua renda a título de lucro ou participação no resultado, aplicando no país a totalidade dos seus recursos, e mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar a sua exatidão.

A Fundação mantinha até o exercício de 1998 um único Plano, do tipo Benefício Definido, denominado Plano de Complementação de Aposentadoria (PCA).

Em decorrência do Déficit Atuarial registrado nesse plano até 1998, a Fundação, com o apoio de sua patrocinadora Ampla Energia e Serviços S.A., elaborou um programa de ajuste com a implantação de um novo plano de benefícios.

Em 8 de janeiro de 1999, através do Ofício nº 15/SPC/CGOF/COJ, a Secretaria de Previdência Complementar, com base na Instrução nº 6, de 16 de junho de 1995, aprovou a implantação do novo Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida – PACD, cuja nomenclatura foi alterada para Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV, após aprovação do Conselho Deliberativo, em 21 de fevereiro de 2006, em cumprimento à Instrução Normativa SPC nº 09, de 17 de janeiro de 2006.

Aos participantes vinculados ao PCA, foi dada a opção de se transferirem para o novo plano, sendo que, encerrado o processo de migração, houve a adesão de 98% dos participantes ativos ao novo plano de benefícios.

Nova Patrocinadora - Através da Portaria nº 1.015, de 05 de abril de 2007, foi aprovado pela Secretaria de

Previdência Complementar – SPC o Convênio de Adesão da Endesa Brasil S/A ao Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV, tornando-se esta, dessa forma, uma nova patrocinadora do referido Plano administrado pela Fundação Ampla de Seguridade Social – Brasiletros.

Alteração de Regulamento - No ano de 2008, foi realizada uma alteração no Regulamento do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV, extinguindo-se o benefício de aposentadoria na modalidade de Renda Vitalícia.

A alteração dessa regra, homologada pelo Conselho Deliberativo em 14 de abril de 2008, e aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC, através da Portaria nº 2.457, de 12 de agosto de 2008, objetivou eliminar o risco daquela modalidade de benefício, transformando-o também em Contribuição Definida pura.

A nova regra aplica-se aos novos participantes ingressos no referido Plano a partir de 14 de agosto de 2008, para os quais só serão concedidos, doravante, benefícios de aposentadoria na modalidade de Renda Certa (5 anos no mínimo e 20 anos no máximo).

Para os participantes remanescentes, ficam valendo as regras anteriores que permitiam a opção entre renda certa e renda vitalícia.

No Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA os participantes ativos e assistidos contribuem com montantes que variam de acordo com as faixas de remuneração.

A patrocinadora verteu, no ano de 2008, os percentuais de contribuição abaixo, incidentes sobre a folha de pagamento dos participantes ativos:

Contribuição Normal	0,65%
Contribuição para cobertura das despesas administrativas	3,97%
TOTAL	4,62%

No ano de 2009, contribuirá com os percentuais abaixo:

Contribuição Normal	1,59%
Contribuição para cobertura das despesas administrativas	3,97%
TOTAL	5,56%

No Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV, as patrocinadoras contribuem na proporção de 100% (cem por cento) sobre as contribuições normais dos participantes até o limite de 5% (cinco por cento) do Salário Real de Contribuição.

Assim, em 2008, os níveis de contribuições se apresentaram da seguinte forma:

Contribuição Normal	4,29%
Contribuição Especial para cobertura de Saldo Projetado dos benefício de Invalidez e Morte	0,02%
Contribuição para cobertura das despesas administrativas	3,97%
TOTAL	8,28%

No ano de 2009, contribuirá com os percentuais abaixo:

Contribuição Normal	4,25%
Contribuição Especial para cobertura de Saldo Projetado dos benefício de Invalidez e Morte	0,19%
Contribuição para cobertura das despesas administrativas	3,97%
TOTAL	8,41%

2. Apresentação e elaboração das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária e em conformidade com as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social e Conselho de Gestão da Previdência Complementar, para as Entidades Fechadas de Previdência Privada, através da Resolução nº 5, de 30 de janeiro de 2002 e alterada pelas Resoluções nº 10, de 5 de julho de 2002, nº 25, de 30 de junho de 2008, e nº 26, de 29 de setembro de 2008.

3. Principais Práticas Contábeis

3.1 ATIVO REALIZÁVEL

Programa Previdencial

Registra as contribuições apuradas mensalmente, devidas pela patrocinadora e pelos participantes, no final de cada mês. Adicionalmente, registra as Contribuições Contratadas com a patrocinadora.

Programa Administrativo

Registra adiantamento de férias e a receber dos planos.

Programa de Investimentos

a) Renda Fixa

As aplicações são substancialmente efetuadas em fundos de investimentos exclusivos e de mercado, e estão registradas pelo valor da quota na data do balanço.

b) Renda Variável

As ações no mercado à vista estão demonstradas pelo valor de mercado, com base no preço médio do último dia em que a ação tenha sido negociada em bolsa de valores. A variação apurada entre o valor contábil e o de mercado é apropriada na conta de resultado dos investimentos. Os gastos com compra das ações são considerados como parte integrante de seu custo de aquisição.

As aplicações em fundos de ações exclusivos e de mercado estão registradas pelo valor da quota na data do balanço.

c) Investimentos Imobiliários

São demonstrados ao custo de aquisição ou construção, ajustados ao valor de mercado, de acordo com reavaliação a cada três anos, e depreciados pelo método linear pelas taxas estabelecidas em função de vida útil remanescente, com base nos laudos de avaliação.

d) Operações com Participantes

Registram as operações de empréstimos e financiamentos imobiliários concedidos até dezembro de 1994 a participantes ativos e assistidos. Estas operações foram realizadas em duas séries, sendo a primeira atualizada pelo IGP-M acrescidos de juros de 6% (seis por cento) ao ano, e a segunda através da variação da Taxa Referencial (TR), mais juros de 1% (um por cento) ao mês.

Com a finalidade de renegociação do saldo devedor, foram adotadas providências de solução definitiva para o equacionamento da carteira de Operações com Participantes, segmento de Financiamento Imobiliário, deflagrada entre os anos de 1992 a 1994. Esta foi submetida à apreciação da SPC, através da carta PRE-B/2004 de 22 de setembro de 2004, obtendo-se como resposta orientativa do Órgão de Controle e Fiscalização o Ofício nº 179/SPC/DEPIN, o qual menciona que é ato de gestão de única e exclusiva responsabilidade dos dirigentes da Fundação. Decidiu o Conselho Deliberativo da Fundação em 12 de agosto de 2005, conceder aos participantes ativos e assistidos com saldo residual devedor após o encerramento do prazo contratual de 10 (dez) anos, um desconto de 90% (noventa por cento), e o saldo remanescente ser pago em parcelas fixas a negociar sem juros e correção monetária. Tal decisão foi comunicada àquela Secretaria, através de relatório circunstanciado encaminhado pela Carta nº 139/PRE-B/2005, de 16 de setembro de 2005. Para os mutuários inadimplentes, inclusive para aqueles com ação judicial em curso, decidiu o Conselho Deliberativo, em reunião de 11 de outubro de 2005, oferecer um desconto de 70% (setenta por cento) sobre o saldo devedor atualizado até o vencimento contratual.

3.2. PERMANENTE

Representado pelos bens de uso próprio, é demonstrado ao custo de aquisição menos a depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com base nas seguintes taxas anuais:

- 10% - Móveis e Utensílios;
- 10% - Máquinas e Equipamentos;
- 10% - Instalações
- 10% - Sistema de Comunicação
- 10% - Sistema de Segurança
- 25% - Refrigeradores e Ventiladores
- 20% - Computadores e Periféricos;

3.3. EXIGÍVEL OPERACIONAL

Programa Previdencial

Registra o valor da folha de benefícios a pagar e seu respectivo imposto de renda retido na fonte a recolher, restituição de contribuição, repasse para a patrocinadora do plano médico e odontológico, entre outros.

Programa Administrativo

Registram valores a recolher de encargos sobre folha de pagamento, provisão de férias e seus respectivos encargos, despesas a pagar de serviços de terceiros e encargos.

Programa de Investimentos

Registram serviços de terceiros contratados para execução de obras nos imóveis.

3.4. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A Fundação constitui provisões em função de ações judiciais, de acordo com a sua natureza. (Vide nota explicativa nº7 – Contingencial)

3.5. EXIGÍVEL ATUARIAL

As Provisões Matemáticas representam o total dos compromissos da Fundação com seus participantes ativos ou assistidos e são divididos em dois grupos: Benefícios Concedidos e Benefícios a Conceder, calculadas por atuário externo Mercer Human Resource Consulting Limitada.

3.6. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência. Os encargos referentes à depreciação e amortização são apurados em registros auxiliares de acordo com a legislação em vigor.

4. Programa Previdencial

Demonstrativo da composição consolidada das contribuições contratadas e normais

POR PATROCINADORA			
PATROCINADORA AMPLA	SIGLA DO PLANO DE BENEFÍCIOS	2008	2007
Contrato III			
Serviço passado contratado			
Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA	1972000111	<u>118.145</u>	<u>115.712</u>
Total do Contrato III – Serviço passado contratado		<u>118.145</u>	<u>115.712</u>
Déficit Técnico Contratado			
Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA	1972000111	<u>30.024</u>	<u>29.406</u>
Total do Contrato III – Déficit Técnico Contratado		<u>30.024</u>	<u>29.406</u>
Total do Contrato III		<u>148.169</u>	<u>145.118</u>
Contribuições normais do mês			
Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA	1972000111	10	6
Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV	1999000374	<u>1.235</u>	<u>699</u>
Total das Contribuições normais do mês		<u>1.245</u>	<u>705</u>
Outros realizáveis			
Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA	1972000111	1	1
Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV	1999000374	<u>53</u>	<u>855</u>
Total de Outros realizáveis		<u>54</u>	<u>856</u>
Total patrocinadora Ampla		<u>149.468</u>	<u>146.679</u>
PATROCINADORA ENDESA	SIGLA DO PLANO DE BENEFÍCIOS	2008	2007
Contribuições normais do mês			
Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV	1999000374	-	<u>24</u>
TOTAL GERAL		<u>149.468</u>	<u>146.703</u>

CONTRATO II

Em 14 de agosto de 1998, foi assinado com a Patrocinadora o Contrato de Consolidação de Dívida, no valor de R\$ 3.251 (três milhões, duzentos e cinquenta e um mil reais). Esse montante corresponde a compromissos de natureza financeiras pendentes de pagamentos, relativos a débitos provenientes de aluguéis em atraso e ressarcimento de despesas administrativas.

Esse contrato prevê pagamento em 120 (cento e vinte) meses, com carência de 24 (vinte quatro) meses e reajuste com base no INPC e juros simples de 12% ao ano. A amortização e encargos mensais foram rigorosamente cumpridos, desde junho de 2000, término do período de carência, já tendo sido realizado até essa data o pagamento de 96 (noventa e seis) parcelas no montante de R\$ 8.942 (oito milhões, novecentos e quarenta e dois mil reais). Contrato liquidado antecipadamente em 31 de julho de 2007.

CONTRATO III

Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA

Em 1º de janeiro de 2002, a Brasiletros assinou contrato de cobertura, consolidação e garantia de refinanciamento do compromisso das Provisões Matemáticas a Constituir junto à Ampla Energia e Serviços S.A., equacionando os custos decorrentes para completa integralização no valor de R\$ 118.221 (cento e dezoito milhões e duzentos e vinte um mil reais), baseado em parecer atuarial.

O contrato foi financiado em 20 (vinte) anos, com carência de 30 (trinta) meses, reajustado com base no IGP-DI e juros de 6% ao ano. No período de carência, a patrocinadora pagou os juros e correção monetária no montante de R\$ 58.632 (cinquenta e oito milhões seiscentos e trinta e dois mil reais).

A amortização e encargos mensais vêm sendo rigorosamente cumpridos desde julho de 2004, término do período de carência, já tendo sido realizado até essa data o pagamento de 54 (cinquenta e quatro) parcelas, no montante de R\$ 58.351 (cinquenta e oito milhões e trezentos e cinquenta e um mil reais).

O contrato foi reduzido até 2006 no montante de R\$ 9.290 (nove milhões e duzentos e noventa mil reais), conforme contrato de financiamento da reserva a amortizar firmado com a patrocinadora, com cláusula de revisão atuarial.

O déficit técnico apurado em 31 de dezembro de 2006, no valor de R\$ 29.453 (vinte nove milhões e quatrocentos e cinquenta e três mil reais), foi incorporado ao contrato em maio de 2007.

A partir de junho 2007, o contrato passou a ser atualizado pelo INPC.

Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV

Em 1º de janeiro de 2002, a Brasileiros assinou contrato de cobertura, consolidação e garantia de refinanciamento do compromisso das Provisões Matemáticas

a Constituir junto à Ampla Energia e Serviços S.A., equacionando os custos decorrentes para completa integralização no valor de R\$ 20.537 (vinte milhões e quinhentos e trinta e sete mil reais) baseado em parecer atuarial.

O contrato foi financiado em 20 (vinte) anos, com carência de 30 (trinta) meses, e reajustado com base no IGP-DI e juros de 6% ao ano. No período de carência, a patrocinadora pagou os juros e correção monetária no montante de R\$ 6.120 (seis milhões e cento e vinte mil reais).

A amortização e encargos mensais foram rigorosamente cumpridos, desde julho de 2004, término do período de carência, já tendo sido realizado até esta data o pagamento de 42 (quarenta e duas) parcelas, no montante de R\$ 1.916 (um milhão e novecentos e dezesseis mil reais).

O contrato foi reduzido até esta data no montante de R\$ 21.444 (vinte um milhões e quatrocentos e quarenta e quatro mil reais), conforme contrato de financiamento da reserva a amortizar firmado com a patrocinadora, com cláusula de revisão atuarial.

O contrato foi liquidado em maio de 2007.

5. Programa de Investimentos

Demonstrativo da composição consolidada da carteira de investimentos

	2008	2007
Renda Fixa		
Aplicações em Instituições Financeiras		
- Banco Alfa de Investimentos	73.314	72.296
- Banco Bradesco S.A	73.481	76.026
- Banco BNP Paribas Asset Management	87.273	88.253
- Banco Real ABN Amro Bank	77.875	75.710
- HSBC Asset Management	97.539	73.779
- Banco Votorantim	87.808	85.634
- Caixa Economica Federal	-	3.789
- SulAmerica	1.556	4.509
TOTAL RENDA FIXA – APLIC. EM INSTIT. FINANCEIRAS	498.846	479.996
Renda Variável		
Fundos de Investimentos		
- Banco Real ABN Amro Bank	39.570	67.476
- Banco Bradesco S.A	22.316	36.734
- HSBC Asset Management	18.794	34.540
- Santander Brasil S.A – CCVM	28.069	45.949
- Icatu Hartford Administ.de Recursos Ltda	244	426
- Unibanco Asset Management	679	1.146
- Schroder Investment M.Brasil DTVM S.A.	689	1.222
- Banco Votorantim	670	-
Total dos Fundos de Investimentos	<u>111.031</u>	<u>187.493</u>
TOTAL RENDA VARIÁVEL	<u>111.031</u>	<u>187.493</u>
Investimentos Imobiliários		
Edificações		
- Avenida Paulo Leitão, 695 – Magé – RJ	1.665	1.711
- Praça Leoni Ramos, 1 Bl. 1 e 2 – Niterói - RJ	29.900	30.270
- Rua Aureliano Coutinho, 81 – Petrópolis - RJ	3.803	3.848
- Aluguéis a Receber – Petrópolis	<u>6</u>	<u>5</u>
Total dos Investimentos Imobiliários – Edificações	<u>35.374</u>	<u>35.834</u>
Operações com Participantes		
Financiamentos Imobiliários	<u>59</u>	<u>50</u>
TOTAL	<u>645.310</u>	<u>703.373</u>

TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA:

A Brasetros, através da sua área jurídica e a consultoria terceirizada Escritório Jurídico Betiol, obteve sucesso na ação Judicial movida contra a União, resultando na recuperação e recebimento de parte de parcela de juros

e atualização monetária dos Títulos da Dívida Agrária, em uma quantidade de 27.730, adquiridos em 27 de julho 1987, os quais tinham sido apreendidos pelo INCRA, correspondendo a um ingresso de recursos, em maio de 2005, da ordem de R\$ 4.958 (quatro milhões, novecentos e cinquenta e oito mil reais).

Dando continuidade, a área jurídica da Fundação orientou a reconstrução do mesmo Escritório Jurídico Bettioli, através do contrato assinado em 01 de junho de 2005, com a finalidade de defender os interesses da Brasiletros, junto à Justiça Federal de Brasília – DF, pelo ajuizamento de ação ordinária a fim de receber os valores omitidos por ocasião do resgate dos títulos da dívida agrária em setembro de 1997, acrescidos dos honorários de sucumbência ao índice de 13,89 %, que corresponde a expressão da correção monetária suprimida em fevereiro de 1991, à parcela de juros compensatórios de 6 % a.a. e juros de mora, também 6 % a.a. e frações pró-rata devida a partir do vencimento até o efetivo pagamento, computando-os mês a mês.

A ação judicial foi distribuída em 10 de agosto de 2005 e, após a apresentação de todas as provas pertinentes, a ação foi julgada procedente em novembro de 2007. A união apresentou recurso de apelação e a Fundação apresentou as contra-razões. Com o objetivo de majorar os honorários de sucumbência, a Fundação apresentou Recurso Adesivo.

Durante o ano de 2008, foram realizados todos os expedientes cartorários para o encaminhamento dos recursos ao TRF para julgamento, tendo sido publicado em 7 de janeiro de 2009 o envio do processo à Juíza/Relatora.

O processo encontra-se no gabinete da relatora aguardando ser incluído em pauta para julgamento dos respectivos recursos.

INFORMAÇÕES RELATIVAS À CLASSIFICAÇÃO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Conforme determinação da Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução CGPC nº 8, de 19 de junho de 2002, está sendo apresentada abaixo a composição dos ativos integrantes da carteira dos fundos de investimentos, segregado entre títulos para negociação:

NATUREZA DOS TÍTULOS	VALORES DOS TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO (1)		FAIXAS DE VENCIMENTO (INTERVALO DE ANOS)	
	2008	2007	2008	2007
TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO GOVERNO FEDERAL:				
Notas do Tesouro Nacional	160.914	79.385	2009/2045	2008/2024
Letras Financeiras do Tesouro	111.261	126.677	2009/2014	2008/2013
Letras do Tesouro Nacional	103.336	196.801	2009/2010	2008/2010
APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS:				
Certificado e Recibo de Depósitos Bancário (2)	74.269	21.216	2009/2014	2008/2014
TÍTULOS DE EMPRESAS:				
Debêntures não Conversíveis (2)	23.780	27.393	2009/2015	2008/2015
Notas Promissórias	7.442	-	2009	-
Certificado de compra/venda a Termo	2.485	7.066	2009	2008
TOTAL	483.487	458.538		

(1) Valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação.

(2) Os valores apresentados são líquidos de provisões para perdas.

Investimentos Imobiliários

Conforme determina a Resolução CMN nº 3.121, de 25 de setembro de 2003, revogada pela Resolução CMN nº 3.456, de 01 de junho de 2007, os imóveis têm sido reavaliados a cada três anos.

A Fundação reconheceu no exercício de 2006 reavaliação no montante de R\$ 11.692, a qual foi baseada nos laudos de avaliação emitido por perito independente – Bolsa de Negócios Imobiliários do RJ.

ATIVO	DATA	VALOR CONTÁBIL	REAVALIAÇÃO	VALOR REAVALIADO
Pça Leoni Ramos, 1 Bl. 1 e 2-Niterói-RJ	Fev/2006	19.305	9.935	29.240
R.Aureliano Coutinho, 81-Petrópolis-RJ	Fev/2006	2.344	1.578	3.922
Av.Paulo Leitão, 695 – Magé –RJ	Fev/2006	1.351	179	1.530
TOTAL		23.000	11.692	34.692

Os imóveis passarão a ser depreciados pela vida útil remanescente estimadas nos referidos laudos de avaliação, como segue:

IMÓVEL	VIDA ÚTIL REMANESCENTE	TAXA ANUAL DE DEPRECIÇÃO - %
Praça Leoni Ramos, 1 Bl. 1 e 2-Niterói – RJ	70 anos	1,43
Rua Aureliano Coutinho, 81-Petrópolis – RJ	65 anos	1,54
Avenida Paulo Leitão, 695 – Magé – RJ	50 anos	2,00

6. Exigível Operacional

Demonstrativo da composição consolidada do exigível operacional

DESCRIÇÃO	2008	2007
Repasso para Patrocinadora de Assist.Médica/Odontológica	618	545
Repasso a Sindicatos e Associações	256	244
Compl. Aposentadoria / Devolução de Poupança	45	99
IRRF a Recolher	346	268
Valores a Recolher s/Folha Brasileiros	47	-
Provisão Folha da Brasileiros	237	245
Fornecedores	209	299
Imóveis (obras de melhoramentos)	5	91
A pagar entre planos	475	1.445
Outros	4	16
TOTAL	2.242	3.252

7. Contingencial

PROGRAMA PREVIDENCIAL

Complementação de Aposentadoria e Restituições de Contribuições

Fundação constitui provisão em função de ações judiciais impetradas contra a ela para revisão de Benefícios de Suplementação de Aposentadoria, Pensão e Restituição de Contribuições, que vem sendo atualizadas mensalmente pela correção monetária do TJ-RJ + TR, da qual são deduzidos os depósitos judiciais.

PROGRAMA ADMINISTRATIVO

A Fundação constitui provisão para contingências do PIS e Trabalhista, que vem sendo atualizado pela taxa SELIC e 1% + TR respectivamente, da qual são deduzidos os depósitos judiciais.

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

Imposto Sobre Operações Financeiras

A Fundação constitui provisão para contingências do IOF, que vem sendo atualizado pela taxa SELIC.

Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e Área comum do imóvel de Petrópolis

Foi constituída provisão para contingência do IPTU para os imóveis de Magé e Petrópolis, da qual são deduzidos os depósitos judiciais.

Relativamente ao imóvel de Petrópolis, estão sendo adotadas providências através de tratativas para formalização e regularização da escritura definitiva de compra e venda atinentes às frações ideais de terreno, com os promitentes vendedores das mesmas, em cumprimento ao que foi ajustado na escritura de promessa de compra e venda e de cessão.

Diante disso, a Fundação preservou a provisão atualizada referente à questão de eventuais indenizações aos proprietários diante do entendimento de apropriação de área comum do imóvel de Petrópolis.

Demonstrativo da composição consolidada do exigível contingencial:

	2008	2007
Programa Previdencial		
Complementação de Aposentadoria	119.407	102.253
Restituição de Contribuição	419	2.355
(-) Depósito Judicial	(17.818)	(16.542)
TOTAL DO PROGRAMA PREVIDENCIAL	102.008	88.066
Programa Administrativo		
Processo PIS	649	632
Trabalhista	388	-
(-) Depósito Judicial	(360)	(300)
TOTAL DO PROGRAMA ADMINISTRATIVO	677	332
Programa de Investimento		
IOF	108	96
IPTU, ITBI e Área comum de Petrópolis	1.163	1.036
Empréstimo	6	99
(-) Depósito Judicial	(60)	(55)
TOTAL DO PROGRAMA DE INVESTIMENTO	1.217	1.176
TOTAL	103.902	89.574

8. Provisões Matemáticas

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

As Reservas de Benefícios Concedidos registram o valor atual dos compromissos futuros da Fundação em relação aos atuais aposentados e pensionistas.

BENEFÍCIOS A CONCEDER

Os Benefícios a Conceder correspondem ao valor presente dos benefícios futuros (ainda não concedido), líquidos das contribuições futuras dos participantes e patrocinadores, sendo ambos avaliados para os participantes ativos que não adquiriram o direito de aposentadorias e pensões.

9. Demonstrativo da composição consolidada do Exigível Atuarial:

DESCRIÇÃO	2008	2007
Provisões Matemáticas	<u>753.931</u>	<u>719.350</u>
Benefícios Concedidos	<u>658.361</u>	<u>624.950</u>
Benefício do Plano	658.361	624.950
Benefícios a Conceder	<u>95.570</u>	<u>94.400</u>
Benefícios do Plano com a Geração Atual	96.868	94.501
Plano de Contribuição Definida	84.452	79.935
Plano de Benefício Definido	12.416	14.566
(-) Outras contribuições da Geração Atual	(1.298)	(101)

10. Evolução do Resultado do Exercício:

	2008	2007
Resultado do Exercício	(103.322)	43.889
Redução do Contrato III	-	(6.234)
Reversão de Fundo Previdencial	<u>12.851</u>	<u>4.079</u>
Subtotal	(90.471)	41.734
Demais impactos (mortalidade geral e de inválido, fator de capacidade)	-	(20.000)
Reversão de Déficit Técnico Exercício Anterior	-	<u>29.453</u>
DÉFICIT / SUPERÁVIT TÉCNICO DO EXERCÍCIO	(90.471)	51.187

A Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, exige que a tábua biométrica utilizada para projeção da longevidade dos participantes do Plano não gere expectativas de vida inferiores às resultantes da aplicação da tábua AT-83. No entanto, a mesma permitiu que a sua implementação fosse feita de forma gradual até 31 de dezembro de 2008. Em virtude disto, e também das características do Plano, a tábua AT-83 foi adotada inicialmente com dois anos de agravamento, para o PCA, em 31 de dezembro de 2006, sendo completamente desagravada em 31 de dezembro de 2007, resultando em um acréscimo de 3,5% nas provisões matemáticas da ordem de R\$ 20.000.

No PACV a tábua AT-83 foi completamente implantada em 31 de dezembro de 2006.

Na avaliação atuarial do Plano de Complementação de Aposentadoria da Brasiletros, foi apurado um Déficit, em 31 de dezembro de 2006, no valor de R\$ 29.453 mil, que corresponde a 5,65% do total das provisões matemáticas do Plano. Salientamos estar este déficit em um nível aceitável, segundo os critérios contábeis aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, por meio de sua Deliberação nº 371, que servem de base à preparação das demonstrações das Patrocinadoras. Tal resultado foi incorporado em 31 de maio de 2007 ao contrato de financiamento da reserva a amortizar firmado com a Patrocinadora, com cláusula de revisão atuarial.

O principal fator que levou à constituição do déficit em 31 de dezembro de 2008, que teve sua origem na conjuntura econômica global foi a perda financeira decorrente da rentabilidade obtida pelos Planos neste exercício em relação à meta atuarial registrada no mesmo período.

Como previsto em cláusula específica de revisão atuarial e em conformidade com o Artigo 4º da Instrução SPC nº 28, de 30/12/2008, o Déficit Técnico registrado em 31 de dezembro de 2008, relativamente ao PCA, no montante de R\$ 67.859 mil que corresponde a 11,70% do Exigível Atuarial, que será incorporado em 01 de abril de 2009 ao valor do contrato já firmado entre a AMPLA e a Fundação, após aprovação do balanço pelo Conselho Deliberativo.

Com relação ao PACV, considerando que o déficit de R\$ 878 mil apurado tem sua origem na conjuntura econômica global, que os ativos disponíveis são significativamente superiores aos compromissos do Plano esperados para o exercício de 2009 e que as insuficiências apuradas são inferiores a 10% do Exigível Atuarial, a Diretoria Executiva em conjunto com a Patrocinadora Instituidora decidiu sobre a postergação do equacionamento do déficit, de acordo com disposto no parágrafo 1º do Art. 28 da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008.

11. Fundos

O Fundo do Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA constituído em 2007 teve a finalidade de propiciar a revisão do valor do contrato celebrado entre a Fundação e a Patrocinadora Ampla para cobertura da Reserva a Amortizar, contrato este que possui cláusula de revisão atuarial.

O Fundo do Programa Administrativo é constituído pela diferença entre as receitas e despesas administrativas e pela existência de saldo no Ativo Permanente, obedecendo a Portaria nº 176/96 da Secretaria de Previdência Complementar.

O Fundo do Programa de Investimentos é constituído para fazer face à quitação dos empréstimos concedidos aos participantes, na eventualidade do seu falecimento, e para garantir quitação de resíduos porventura existentes após o prazo contratual dos financiamentos.

12. Transferências Interprogramas

CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Os custos administrativos são determinados proporcionalmente à participação operacional de cada área nos respectivos programas.

Esses custos dos Programas Previdencial e de Investimentos representaram no ano de 2008 respectivamente 59,58% e 40,42% e em 2007 foi de 55,91% e 44,09% do total geral das despesas administrativas.

A partir do exercício de 2004, optou-se por não transferir os custos administrativos do Programa Previdencial para os planos.

O rateio dos custos administrativos dos investimentos em 2008 foram calculados com 74% para o Plano de Complementação de Aposentadoria- PCA e de 26% para Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV e no ano de 2007 o rateio dos custos administrativos dos investimentos foram calculados respectivamente com 75% e 25%.

RESULTADO DOS INVESTIMENTOS

Nos Programas Previdencial e Administrativo, o item "Resultado dos Investimentos", representa o valor líquido das importâncias transferidas do Programa de Investimentos a título de remuneração dos respectivos programas.

→ DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL POR PLANO

PLANO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA - PCA					
			R\$		
	2008	2007		2008	2007
ATIVO	615.260.292,52	661.278.510,59	PASSIVO	615.260.292,52	661.278.510,59
Disponível	54.117,40	77.267,92	Contas a pagar	1.746.622,69	2.832.778,48
Contas a receber	148.179.081,04	145.218.081,00	Valores em litígio	101.945.492,74	89.129.460,23
Aplicações	467.027.094,08	515.983.161,67	Compromissos com participantes e assistidos	579.368.864,94	556.417.412,10
Renda Fixa	349.302.363,21	338.558.274,26	Fundos	58.733,77	12.898.859,78
Renda Variável	82.292.021,72	141.543.206,20	Déficit Técnico	(67.859.421,62)	-
Imóveis	35.373.975,38	35.834.144,74			
Financiamentos Imobiliários	58.733,77	47.536,47			
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS					
Contribuições				20.864.868,87	44.018.610,17
Benefícios				(48.819.777,71)	(46.092.330,70)
Rendimentos das aplicações				(12.985.901,35)	92.551.902,10
Recursos líquidos				(40.940.810,19)	90.478.181,57
Formação de valores em litígio				(16.807.284,60)	(13.060.789,47)
Formação dos compromissos com participantes e assistidos				(22.951.452,84)	(35.135.651,82)
Utilização / formação de fundos para riscos futuros				12.840.126,01	(12.828.767,09)
Déficit / Superávit Técnico do Exercício				(67.859.421,62)	29.452.973,19
PLANO DE APOSENTADORIA DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL - PACV					
			R\$		
	2008	2007		2008	2007
ATIVO	175.392.676,72	184.914.481,14	PASSIVO	175.392.676,72	184.914.481,14
Disponível	80.829,85	74.709,74	Contas a pagar	427.803,91	232.873,87
Contas a receber	1.623.105,16	1.960.297,05	Valores em litígio	1.279.562,62	13.778,80
Aplicações	173.688.741,71	182.879.474,35	Compromissos com participantes e assistidos	174.562.471,38	162.932.220,76
Renda Fixa	144.949.377,13	136.928.180,05	Fundos	347,76	2.028,83
Renda Variável	28.739.016,82	45.949.265,47	Déficit (-) / Superávit Técnico	(877.508,95)	21.733.578,88
Financiamentos Imobiliários	347,76	2.028,83			
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS					
Contribuições				6.295.080,89	6.169.945,71
Benefícios				(9.075.791,61)	(13.989.013,94)
Rendimentos das aplicações				(6.744.646,58)	30.214.991,87
Recursos líquidos				(9.525.357,30)	22.395.923,64
Utilização / formação de valores em litígio				(1.457.160,98)	(6.450,03)
Formação dos compromissos com participantes e assistidos				(11.630.250,62)	(17.596.905,68)
Utilização / formação de fundos para riscos futuros				1.681,07	16.941.010,95
Déficit / Superávit Técnico do Exercício				(22.611.087,83)	21.733.578,88

Comentário sobre os Custos Administrativos:

A partir de 2004, optou-se por não transferir os custos administrativos do programa previdencial para o Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA e para o Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV.

Resultados dos Investimentos

Rentabilidade % nominal pelo critério da TIR

	2008	2007
Renda Fixa	11,3%	11,4%
Renda Variável	-41,3%	52,9%
Investimentos Imobiliários	15,5%	13,4%
Contribuições Contratadas	13,6%	10,1%
Rentabilidade Total		
Com Contribuições Contratadas	0,3%	19,1%
Sem Contribuições Contratadas	-2,4%	21,0%
CDI	12,4%	11,8%
IBOVESPA Médio	-40,6%	43,7%
Benchmark IBX-50 Médio	-43,2%	51,5%
INPC	6,5%	5,2%
Meta Atuarial	12,9%	11,5%

Comentário da Rentabilidade do Exercício de 2008 dos Planos PCA e PACV

A grave crise financeira, iniciada em 2007, em decorrência do crédito *subprime* - hipoteca de segunda linha nos Estados Unidos -, aliada à elevada incerteza de informações corretas e fidedignas, fizeram reduzir e estagnar fortemente as economias americanas e europeias, pressagiando expectativas de problemas financeiros e profunda instabilidade econômica. Como era de se esperar o efeito globalização faz parte de nosso mundo e o Brasil, ainda que em menor intensidade, mesmo internamente apresentando um desempenho positivo no mercado financeiro no primeiro semestre de 2008, não poderia deixar de ser impactado por essa deterioração do ambiente financeiro internacional. Assim, devido à obstinação do Governo na redução de sua vulnerabilidade externa pela acumulação de expressivas reservas internacionais e o respaldo pela adoção de câmbio flutuante, austeridade fiscal e cumprimento ao sistema de metas para a inflação, a nação conseguiu manter o crescimento econômico, estimulada em suprir a escassez de crédito e aumento de emprego para as empresas de construção civil, agrícola e, em maior amplitude, para as exportadoras de commodities, além de tomar providências imediatas para o amparo de instituições de menor envergadura, no sentido de manter a liquidez dos correntistas e a manutenção do crédito, que incentivam a produção e o consumo para o desenvolvimento do país.

A gestão da política monetária brasileira, diante de seus resultados fiscais, indicadores econômicos e de sustentabilidade externa, teve o reconhecimento de duas principais agências internacionais, recomendando pela elevação de classificação de risco soberano do Brasil a grau de investimento.

Passou quase despercebido para o país o novo grau de investimento, já que o acirramento da crise financeira, a partir de julho, e, particularmente, em setembro, importou elevada volatilidade e queda nos indicadores financeiros do mercado brasileiro. Para se ter uma idéia, no mês de outubro o Índice de Bolsa de Valores - IBOVESPA já acumulava, no ano, 24% negativos, terminando em dezembro com menos 43,2%, revertendo a tendência de valorização no mercado acionário realizada nos últimos cinco anos, e acompanhando o mau humor das Bolsas Internacionais.

Nesse cenário de turbulências e elevada incerteza, o mercado de derivativos de taxas de juros encurtou os prazos de vencimentos dos contratos negociados, antevendo-se uma enorme aversão a risco por parte dos investidores.

Segundo informações da Secretaria de Previdência Complementar - SPC, 372 (trezentos e setenta e dois) fundos de pensão foram maciçamente atingidos pela crise financeira, reduzindo aproximadamente em R\$ 37 bilhões de seu patrimônio superavitário, sendo que o sistema registrou ainda uma rentabilidade de seus investimentos em um percentual de 1,27 % negativos no exercício de 2008.

A Brasiletros acompanhou o comportamento das Entidades Fechadas de Previdência Complementar afetadas pela crise financeira, tendo o desempenho de seus investimentos no segmento de renda variável encolhido, já que iniciou o ano de 2008 com uma participação de 22% de seu patrimônio em Bolsa de Valores e encerrou com uma exposição de 14%. É importante frisar que a Brasiletros não realizou prejuízo em momento algum, ou seja, não realizou venda de ações; simplesmente adotou a postura de aguardar o natural retorno do valor das ações, já que seus investimentos são de longo prazo e possui liquidez suficiente para honrar os seus compromissos atuariais de benefícios concedidos e a conceder.

A rentabilidade total consolidada obtida pelos investimentos dos Planos de aposentadoria da Brasiletros, no ano de 2007, pelo critério da TIR (Taxa Interna de Retorno), foi de 21%, enquanto em 2008 foi 0,27%, portanto superior à rentabilidade mediana auferida pelas demais Fundações do mercado (1,27% negativos).

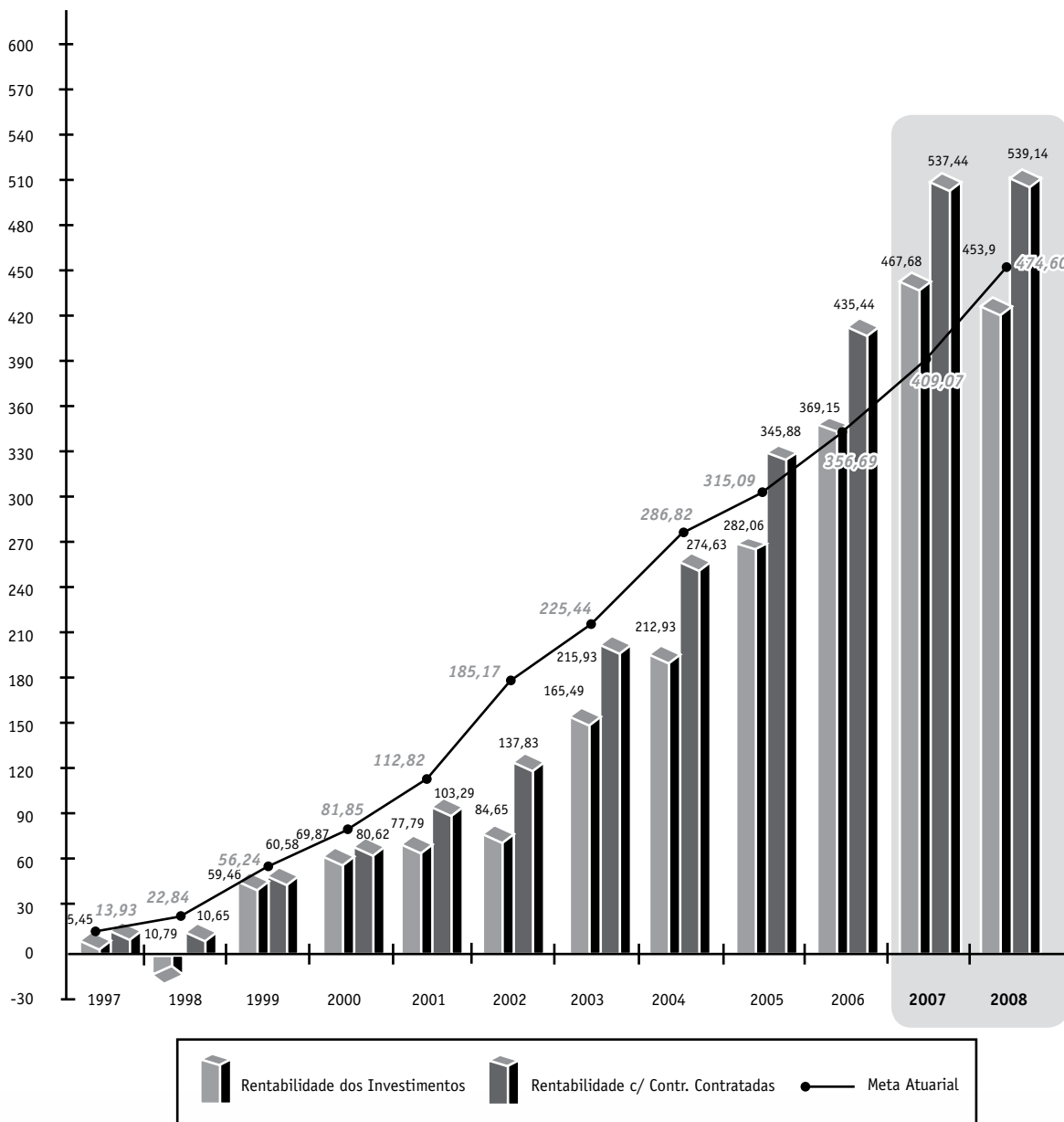
Em se tratando dos fundos de Renda Fixa, ambos os planos de benefícios (PCA e PACV) que têm seus *benchmarks* baseados em INPC + 6% e 70% CDI + 30% IMA-B, respectivamente, obtiveram uma boa rentabilidade no decorrer do ano de 2008. Mesmo diante desse cenário adverso, essa positividade foi impulsionada pela alta dos títulos públicos, os quais apresentaram bom desempenho.

Os planos PCA e PACV têm assumido um risco de mercado

abaixo do limite para os segmentos de Renda Fixa e de Renda Variável, estando em conformidade ao estabelecido na Política de Investimentos e às normas em vigor. Esse perfil conservador da Fundação se impõe necessário em época de grande volatilidade no mercado financeiro para um seguro e sustentado crescimento nas rentabilidades das carteiras de investimento da Brasiletros. A Brasiletros auferiu no período de 1997 a 2008 uma rentabilidade total acumulada de 539,1% contra uma Taxa Mínima Atuarial também acumulada de 474,6%, demonstrando uma confortável e amortecedora folga superavitária para momentos de estresse.

Com base no cenário macroeconômico da Política de Investimentos dos Planos de Benefícios para os próximos cinco anos, a Brasiletros tem uma perspectiva de obter uma taxa real de retorno esperada para o Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA (Benefício Definido) de 7,8% a.a., enquanto para o Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV é de 8,5% a.a., o que nos leva a acreditar que até o primeiro semestre do ano de 2010 teremos superado os efeitos nefastos herdados pela importação desta crise, nascida nos países do primeiro mundo, que embora não sendo nossa, assolou todas as nações emergentes.

Rentabilidade Consolidada Acumulada (com contribuição contratada) x Meta Atuarial de 1997 a 2008



→ RESUMO DO PARECER ATUARIAL – PCA

1. Introdução

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano de Complementação de Aposentadoria (PCA) mantido pela Fundação AMPLA de Seguridade Social - BRASILETROS, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano da Entidade referente à patrocinadora AMPLA Energia e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2008.

2. Posição do Exigível Atuarial e das Reservas e Fundos

Certificamos que, em 31 de dezembro de 2008, a composição do Exigível Atuarial e das Reservas e Fundos, de acordo com o Plano de Contas previsto na Resolução nº 5, de 30/01/2002, alterada pela Resolução nº 10, de 05/07/2002, é a seguinte:

2.3 EXIGÍVEL ATUARIAL	R\$ 579.368.864,94
2.3.1.PROVISÕES MATEMÁTICAS	R\$ 579.368.864,94
2.3.1.1.BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	R\$ 568.935.974,79
2.3.1.1.01.Benefícios do Plano	R\$ 568.935.974,79
2.3.1.1.01.01.Contribuição Definida	R\$ 0,00
2.3.1.1.01.02.Benefício Definido	R\$ 568.935.974,79
2.3.1.2.BENEFÍCIOS A CONCEDER	R\$ 10.432.890,15
2.3.1.2.01.Benefícios do Plano com a Geração Atual	R\$ 10.490.710,29
2.3.1.2.01.01.Contribuição Definida	R\$ 0,00
2.3.1.2.01.02.Benefício Definido	R\$ 10.490.710,29
2.3.1.2.03.Outras Contribuições da Geração Atual (-)	R\$ 57.820,14
2.3.1.3.PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR (-)	R\$ 0,00
2.3.1.3.01.Serviço Passado (-)	R\$ 0,00
2.3.1.3.02.Déficit Equacionado (-)	R\$ 0,00
2.3.1.3.03.Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	R\$ 0,00
2.4.RESERVAS E FUNDOS	(R\$ 67.800.687,85)
2.4.1.EQUILÍBRIO TÉCNICO	(R\$ 67.859.421,62)
2.4.1.1.RESULTADOS REALIZADOS	(R\$ 67.859.421,62)
2.4.1.1.01.SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	R\$ 0,00
2.4.1.1.01.01.Reserva de Contingência	R\$ 0,00
2.4.1.1.01.02.Reserva para Revisão do Plano	R\$ 0,00
2.4.1.1.02.DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO (-)	R\$ 67.859.421,62
2.4.2.FUNDOS	R\$ 58.733,77
2.4.2.1.Programa Previdencial	R\$ 0,00
2.4.2.2.Programa Assistencial	R\$ 0,00
2.4.2.3.Programa Administrativo	R\$ 0,00
2.4.2.4.Programa de Investimentos	R\$ 58.733,77

Os valores apresentados foram obtidos considerando-se:

(1) O Regulamento do Plano de Complementação de Aposentadoria (PCA), fechado a novas adesões, vigente em 31 de dezembro de 2008, e cujas principais características estão descritas no item “Características do Plano” do Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA).

(2) Os dados individuais dos participantes e beneficiá-

rios do Plano, com data-base em 31/07/2008 e projetados para 31/12/2008, fornecidos pela BRASILETROS à Mercer que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com a entidade, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial, sendo que algumas das características da população avaliada encontram-se no item “Informações Gerais” do DRAA.

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utili-

zada para a avaliação atuarial deste exercício objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com a BRASILETROS a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

(3) A avaliação atuarial procedida com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano.

(4) Os dados financeiros e patrimoniais fornecidos pela BRASILETROS à Mercer, bem como o valor do Fundo de Investimentos.

3. Hipóteses e Métodos Atuariais Utilizados

As principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração do Exigível Atuarial foram:

Taxa real de juros (1)	6% a.a.
Projeção de crescimento real de salário (1) (2)	2% a.a.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS (1)	0% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano (1)	0% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (salários)	0,98
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (benefícios)	0,98
Hipótese sobre rotatividade	0
Tábua de mortalidade geral (3)	AT-83
Tábua de mortalidade de inválidos (4)	AT-49
Tábua de entrada em invalidez	Light Forte
Outras hipóteses biométricas utilizadas (5)	(5)

Observações:

(1) O indexador utilizado é o INPC do IBGE.

(2) A hipótese adotada de crescimento salarial foi definida pela patrocinadora, levando em consideração a expectativa de reajustes salariais de longo prazo.

(3) Foi utilizada a tábua AT-83, segregada por sexo.

(4) Foi utilizada a tábua AT-49, segregada por sexo, agravada ao longo das idades em 6 anos para refletir a mortalidade dos participantes inválidos.

(5) Considera que a idade de aposentadoria corresponde à primeira idade a partir da qual o participante se torna elegível a um benefício integral pelo plano.

O método atuarial adotado para a avaliação de todos os benefícios do plano foi o Agregado.

No ano de 2008, a Brasiletros atualizou o estudo, a partir das informações históricas dos anos de 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008, para análise das hipóteses atuariais utilizadas em seus Planos. Embora o tamanho médio do grupo analisado, em torno de 4000 Participantes Ativos e Assistidos dos Planos PCA e PACV, não permita determinar tábuas próprias, possibilita o acompanhamento das mesmas.

A partir dessa análise e com base na expectativa futura das patrocinadoras, as hipóteses apresentadas no quadro a seguir, foram alteradas:

HIPÓTESES	31/12/2007	31/12/2008
Crescimento real de salário	1% a.a.	2% a.a.
Entrada em Invalidez	Mercer Disability	Light Forte

Observamos que estas alterações não resultaram em impacto significativo nas Provisões Matemáticas do Plano.

As hipóteses atuariais utilizadas na presente avaliação atuarial foram fundamentadas por meio de estudo específico realizado em 2008, que tomou como base a população existente nos Planos administrados pela BRASILETROS e também informações do mercado em geral. O detalhamento dos estudos, conforme previsto no item 1.2 da Resolução nº 18/2006 do CGPC, encontra-se arquivado na Fundação.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial com data-base de 31/07/2008 são apropriados e atendem à Resolução nº 18 do CGPC, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

4. Plano de Custeio para o Exercício de 2009

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, a patrocinadora e os participantes deverão efetuar contribuições para o Plano de Complementação de Aposentadoria com base nos seguintes níveis:

PATROCINADORA	
Contribuição Normal	1,59% da folha salarial
Contribuição para cobertura das despesas administrativas	3,97% da folha salarial

PARTICIPANTES ATIVOS

Os Participantes Ativos deverão efetuar contribuições com base em percentuais cumulativos em função de faixas do salário, conforme descrito na tabela a seguir:

FAIXA DO SALÁRIO ⁽¹⁾	PERCENTUAL APLICÁVEL
Até TETO/2	1,75
De TETO/2 até TETO	4,50
De TETO até 3x TETO	7,50
Acima de 3x TETO	10,00

(1) TETO corresponde ao teto do Salário de Contribuição para a Previdência Social

Além dessas contribuições, os Participantes Ativos deverão verter contribuições no percentual de 1,10% sobre seus salários de contribuição para a cobertura de 50% do aumento nos valores dos benefícios da Entidade em decorrência do disposto na Lei nº 9.876, de 29/11/1999, que altera as regras de cálculo do benefício concedido pela Previdência Oficial, instituindo o fator previdenciário.

Observamos que o valor apresentado no campo 63 do DRAA se refere ao percentual médio apurado a partir da população de Participantes Ativos do plano na data-base da avaliação.

PARTICIPANTES ASSISTIDOS

Certificamos que os participantes Assistidos, com exceção dos pensionistas e aposentados por invalidez que anteriormente eram empregados da Centrais Elétricas Fluminenses S/A - CELF que estão isentos, deverão efetuar contribuições determinadas pelos mesmos percentuais cumulativos referentes aos participantes Ativos, aplicados sobre os benefícios do plano. Observamos que o valor apresentado no campo 65 do DRAA se refere ao percentual médio apurado a partir da população de Participantes Assistidos do plano na data-base da avaliação.

PARTICIPANTES AUTOPATROCINADOS

Certificamos que os Participantes Autopatrocinados deverão efetuar, além de suas contribuições, as contribuições que seriam feitas pela patrocinadora, caso não tivesse ocorrido o Término do Vínculo Empregatício, destinadas ao custeio de seu benefício, acrescidas da taxa de administração.

PARTICIPANTES VINCULADOS

De acordo com o Regulamento do Plano não há previsão de contribuição de Participantes Vinculados.

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 1º de março de 2009.

5. Limite Legal das Despesas

Ressaltamos que o valor das despesas administrativas orçadas para o PCA somada às despesas administrativas orçadas para o Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável (PACV), também mantido pela BRASILETROS, para o exercício de 2009, ultrapassa o limite legal vigente de 15% das receitas de contribuições desses dois planos, conforme demonstrado no quadro a seguir:

LIMITE LEGAL DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS PREVISTAS PARA 2009

Folha anual dos Participantes Ativos do PCA	R\$ 1.725.527,18
Contribuições dos Participantes Ativos e da Patrocinadora para o PCA	11,12%
Folha anual dos Participantes Ativos da AMPLA no PACV	R\$ 67.862.023,13
Contribuições dos Participantes Ativos e da Patrocinadora para o PACV	13,11%
Folha anual dos Participantes Ativos da BRASILETROS no PACV	R\$ 895.359,92
Contribuições dos Participantes Ativos e da BRASILETROS para o PACV	9,14%
Folha anual dos Participantes Ativos da ENDESA no PACV	R\$ 2.144.820,73
Contribuições dos Participantes Ativos e da ENDESA para o PACV	13,11%
Folha anual de benefícios do PCA	R\$ 43.189.864,64
Contribuições dos Participantes Assistidos do PCA	3,67%
Totais de Contribuições Previstas	R\$ 11.036.400,93
Despesas administrativas orçadas para o exercício	R\$ 2.883.320,92
DESPESAS ADMINISTRATIVAS EM % DAS CONTRIBUIÇÕES AOS PLANOS	26,13%

Em conformidade com os itens 42 e 43 da Resolução MPAS/CPC no 1, de 09/10/1978, a BRASILETROS deverá solicitar à Secretaria da Previdência Complementar (SPC) autorização para essa sobrecarga administrativa, salientando que tais despesas serão integralmente cobertas pela patrocinadora.

Observamos que, ao considerarmos a realização das amortizações dos contratos de Reserva a Amortizar previstas para o exercício de 2009, conforme informado pela BRASILETROS, no valor total de R\$ 21.963.971,97, os gastos com as despesas administrativas enquadram-se às disposições legais vigentes, correspondendo a um percentual de 8,74% do total das receitas previdenciárias previstas para o exercício.

6. Considerações Finais

Registramos que o principal fator que levou à constituição do déficit em 31/12/2008, originado devido a conjuntura econômica global, foi a perda financeira decorrente da rentabilidade obtida pelo Plano neste exercício em relação à meta atuarial registrada no mesmo período.

Como previsto em cláusula específica de revisão atuarial e em conformidade com o Artigo 4º da Instrução SPC nº 28, de 30/12/2008, o Déficit Técnico registrado em 31/12/2008, relativamente ao PCA, no montante de R\$ 67.859.421,62, correspondente a 11,7% do Exigível Atuarial, será incorporado em 01/04/2009 ao valor do contrato já firmado entre a AMPLA e a Fundação, após aprovação do balanço pelo Conselho Deliberativo.

Com o intuito de corroborar a estratégia de equacionamento do déficit do PCA, a Fundação formalizou consulta à Secretaria de Previdência Complementar (SPC) através de carta nº 137/PRESI/2008, de 05/12/2008, expondo o disposto no parágrafo acima.

Assim, admitida a revisão do contrato firmado entre a Patrocinadora e a Fundação, a ser consolidada em 01/04/2009, certificamos na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano de Complementação de Aposentadoria da Brasiletros que o Plano está equilibrado.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2009.
Mercer Human Resource Consulting Ltda.
Maria Cláudia Xavier Fernandes – MIBA nº 509

→ RESUMO DO PARECER ATUARIAL – PACV

1. Introdução

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável (PACV) mantido pela Fundação AMPLA de Seguridade Social - BRASILETROS, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano da Entidade em 31/12/2008 referente à patrocinadora AMPLA Energia e Serviços S.A., à própria BRASILETROS e à patrocinadora Endesa Brasil, que respondem solidariamente pelas obrigações assumidas em relação ao Plano.

2. Posição do Exigível Atuarial e das Reservas e Fundos

Certificamos que, em 31 de dezembro de 2008, a composição do Exigível Atuarial e das Reservas e Fundos, de acordo com o Plano de Contas previsto na Resolução nº 5, de 30/01/2002, alterada pela Resolução nº 10, de 05/07/2002, é a seguinte:

2.3 EXIGÍVEL ATUARIAL	R\$ 174.562.471,38
2.3.1.PROVISÕES MATEMÁTICAS	R\$ 174.562.471,38
2.3.1.1.BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	R\$ 89.425.213,70
2.3.1.1.01.Benefícios do Plano	R\$ 89.425.213,70
2.3.1.1.01.01.Contribuição Definida	R\$ 0,00
2.3.1.1.01.02.Benefício Definido	R\$ 0,00
2.3.1.1.2.BENEFÍCIOS A CONCEDER	R\$ 85.137.257,68
2.3.1.1.2.01.Benefícios do Plano com a Geração Atual	R\$ 86.377.117,92
2.3.1.1.2.01.01.Contribuição Definida	R\$ 84.451.468,52
2.3.1.1.2.01.02.Benefício Definido	R\$ 1.925.649,40
2.3.1.1.2.03.Outras Contribuições da Geração Atual (-)	R\$ 1.239.860,24
2.3.1.1.3.PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR (-)	R\$ 0,00
2.3.1.1.3.01.Serviço Passado (-)	R\$ 0,00
2.3.1.1.3.02.Déficit Equacionado (-)	R\$ 0,00
2.3.1.1.3.03.Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	R\$ 0,00
2.4.RESERVAS E FUNDOS	(R\$ 877.161,19)
2.4.1.EQUILÍBRIO TÉCNICO	(R\$ 877.508,95)
2.4.1.1.RESULTADOS REALIZADOS	(R\$ 877.508,95)
2.4.1.1.01.SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	R\$ 0,00
2.4.1.1.01.01.Reserva de Contingência	R\$ 0,00
2.4.1.1.01.02.Reserva para Revisão do Plano	R\$ 0,00
2.4.1.1.02.DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO (-)	R\$ 877.508,95
2.4.2.FUNDOS	R\$ 347,76
2.4.2.1.Programa Previdencial	R\$ 0,00
2.4.2.2.Programa Assistencial	R\$ 0,00
2.4.2.3.Programa Administrativo	R\$ 0,00
2.4.2.4.Programa de Investimentos	R\$ 347,76

Os valores apresentados foram obtidos considerando-se:

(1) O Regulamento do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável (PACV), que se encontra em manutenção, vigente em 31 de dezembro de 2008, e cujas principais características estão descritas no item “Características do Plano” do Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial.

(2) Os dados individuais dos participantes e beneficiários do Plano, com data-base em 31/07/2008 e projetados para 31/12/2008, fornecidos pela BRASILETROS à Mercer que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com a entidade, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial, sendo que algumas das características da população avaliada encontram-se no item “Informações Gerais” do DRAA.

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial deste exercício objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com a BRASILETROS a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

(3) A avaliação atuarial procedida com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano.

(4) Os dados financeiros e patrimoniais fornecidos pela BRASILETROS à Mercer, bem como o valor do Fundo de Investimentos.

3. Hipóteses e Métodos Atuariais Utilizados

As principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração do Exigível Atuarial foram:

Taxa real de juros (1)	6% a.a.
Projeção de crescimento real de salário (1) (2)	2% a.a.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS (1)	0% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano (1)	0% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (salários)	0,98
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (benefícios)	0,98
Hipótese sobre rotatividade (3)	3% a.a.
Tábua de mortalidade geral	AT-83 segregada por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos (4)	AT-49
Tábua de entrada em invalidez	Light Forte
Outras hipóteses biométricas utilizadas (5)	(5)

Observações:

(1) O indexador utilizado é o INPC do IBGE;

(2) A hipótese adotada de crescimento salarial foi definida pela patrocinadora, levando em consideração a expectativa de reajustes salariais de longo prazo.

(3) A rotatividade é utilizada apenas para avaliação dos benefícios de invalidez e pensão por morte.

(4) Foi utilizada a tábua AT-49, segregada por sexo, agravada ao longo das idades em 6 anos para refletir a mortalidade dos participantes inválidos.

(5) Considera que a idade de aposentadoria corresponde à primeira idade a partir da qual o participante se torna elegível a um benefício integral pelo plano.

O método atuarial adotado para a avaliação de todos os benefícios do Plano, com exceção da parcela dos benefícios de Invalidez e Pensão por Morte de Participante Ativo referente à Conta Projetada que foram avaliados pelo método Agregado, foi o de Capitalização Financeira.

No ano de 2008, a Brasiletros atualizou o estudo, a partir das informações históricas dos anos de 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008, para análise das hipóteses atuariais utilizadas em seus Planos. Embora o tamanho médio do grupo analisado, em torno de 4000 Participantes Ativos

e Assistidos dos Planos PCA e PACV, não permita determinar tábuas próprias, possibilita o acompanhamento das mesmas.

A partir dessa análise e com base na expectativa futura das patrocinadoras, as hipóteses apresentadas no quadro a seguir, foram alteradas:

HIPÓTESES	31/12/2007	31/12/2008
Crescimento real de salário	1% a.a.	2% a.a.
Entrada em Invalidez	Mercer Disability	Light Forte

Observamos que estas alterações não resultaram em impacto significativo nas Provisões Matemáticas do Plano.

As hipóteses atuariais utilizadas na presente avaliação atuarial foram fundamentadas por meio de estudo específico realizado em 2008, que tomou como base a população existente nos Planos administrados pela BRASILETROS e também informações do mercado em geral. O detalhamento dos estudos, conforme previsto no item 1.2 da Resolução nº 18/2006 do CGPC, encontra-se arquivado na Fundação.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial com data-base de 31/07/2008

são apropriados e atendem à Resolução nº 18 do CGPC, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

4. Plano de Custeio para o Exercício de 2009

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, as patrocinadoras e os participantes deverão efetuar contribuições para o Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável com base nos seguintes níveis:

Patrocinadora

As patrocinadoras deverão efetuar contribuições na forma prevista no Capítulo B.5 do regulamento do Plano. Estas contribuições equivalem à taxa média estimada em 8,41% da folha salarial dos Participantes Ativos na data base dos dados, distribuídos da seguinte forma:

Contribuição Normal	4,25%
Contribuição Especial para cobertura do Saldo Projetado dos benefícios de Invalidez e Morte	0,19%
Contribuição Extra para cobertura das despesas administrativas	3,97%

Participantes Ativos

Os Participantes Ativos deverão efetuar contribuições conforme descrito no item B.5 do Regulamento. A partir da população ativa na data base dos dados, a contribui-

ção básica corresponde, em média, a 4,7% da folha de salários.

Participantes Autopatrocinados

Os Participantes Autopatrocinados deverão efetuar as contribuições na forma prevista no Capítulo B.5 do regulamento do Plano, acrescidas da taxa de administração.

Participantes Vinculados

Os Participantes Vinculados, a critério da Fundação, efetuarão contribuição para cobertura das despesas administrativas, conforme previsto no item B.2.6 do Regulamento do Plano.

Participantes Assistidos

De acordo com o Regulamento do Plano não há previsão de contribuição normal de Participantes Assistidos.

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 1º de março de 2009.

5. Limite Legal das Despesas

Ressaltamos que o valor das despesas administrativas orçadas para o PACV somada às despesas administrativas orçadas para o Plano de Complementação de Aposentadoria (PCA), também mantido pela BRASILETROS, para o exercício de 2009, ultrapassa o limite legal vigente de 15% das receitas de contribuições desses dois planos, conforme demonstrado no quadro a seguir:

LIMITE LEGAL DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS PREVISTAS PARA 2009	
Folha anual dos Participantes Ativos do PCA	R\$ 1.725.527,18
Contribuições dos Participantes Ativos e da Patrocinadora	11,12%
Folha anual dos Participantes Ativos da AMPLA no PACV	R\$ 67.862.023,13
Contribuições dos Participantes Ativos e da Patrocinadora para o PACV	13,11%
Folha anual dos Participantes Ativos da BRASILETROS no PACV	R\$ 895.359,92
Contribuições dos Participantes Ativos e da BRASILETROS para o PACV	9,14%
Folha anual dos Participantes Ativos da ENDESA no PACV	R\$ 2.144.820,73
Contribuições dos Participantes Ativos e da ENDESA para o PACV	13,11%
Folha anual de benefícios do PCA	R\$ 43.189.864,64
Contribuições dos Participantes Assistidos do PCA	3,67%
Totais de Contribuições Previstas	R\$ 11.036.400,93
Despesas administrativas orçadas para o exercício	R\$ 2.883.320,92
Despesas administrativas em % das contribuições aos Planos	26,13%

Em conformidade com os itens 42 e 43 da Resolução MPAS/CPC no 1, de 09/10/1978, a BRASILETROS deverá solicitar à Secretaria da Previdência Complementar (SPC) autorização para essa sobrecarga administrativa, salientando que tais despesas serão integralmente cobertas pela patrocinadora.

Observamos que, ao considerarmos a realização das amortizações dos contratos de Reserva a Amortizar previstas para o exercício de 2009, conforme informado pela BRASILETROS, no valor total de R\$ 21.963.971,97, os gastos com as despesas administrativas enquadram-se às disposições legais vigentes, correspondendo a um percentual de 8,74% do total das receitas previdenciárias previstas para o exercício.

6. Considerações Finais

Registramos que o principal fator que levou à constituição do déficit em 31/12/2008 foi a perda financeira decorrente da rentabilidade obtida pelo Plano neste exercício em relação à meta atuarial registrada no mesmo período.

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável da Brasiletros, certificamos que o plano encontra-se deficitário. Considerando que déficit apurado tem sua origem na conjuntura econômica global, que os ativos disponíveis são significativamente superiores aos compromissos do Plano esperados para o exercício de 2009 e que as insuficiências apuradas são inferiores a 10% do Exigível Atuarial, a Diretoria Executiva em conjunto com a Patrocinadora Instituidora decidiu sobre a postergação do equacionamento do déficit, de acordo com disposto no parágrafo 1º do Artigo 28 da Resolução CGPC nº 26 de 29/09/2008, decisão essa a ser referendada pelo Conselho Deliberativo. Persistindo o déficit no decorrer do exercício de 2009 serão estipuladas contribuições extraordinárias no plano de custeio de 2010 de forma a equacionar o déficit em questão.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2009.

Mercer Human Resource Consulting Ltda.

Maria Cláudia Xavier Fernandes – MIBA nº 509

→ PARECERES

Auditores Independentes

Aos diretores, conselheiros, participantes e patrocinadoras

Fundação Ampla de Seguridade Social – Brasiletros

Rio de Janeiro - RJ

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Fundação Ampla de Seguridade Social – Brasiletros levantados em 31 de dezembro de 2008 e 2007 e as respectivas demonstrações dos resultados e dos fluxos financeiros correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Fundação; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Fundação, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Ampla de Seguridade Social – Brasiletros, em 31 de dezembro de 2008 e 2007, o resultado de suas operações e o fluxo financeiro correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2009.

José Luiz de Souza Gurgel

Sócio-contador

CRC RJ – 087339/0-4

BDO Trevisan Auditores Independentes

CRC 2SP013439/0-5 “S” RJ

Conselho Fiscal

Em 13 de março de 2009.

APROVA O ORÇAMENTO GERAL REALIZADO E O BALANÇO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2008.

O CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO AMPLA DE SEGURIDADE SOCIAL – BRASILETROS, fazendo uso da competência que lhe confere as alíneas “a” e “c” do artigo 37, do Estatuto:

CONSIDERANDO as peças do Orçamento Geral realizado no exercício de 2008, que compreende: Atividade Previdencial, Atividade Operações Administrativas e Atividade Investimentos;

CONSIDERANDO, o Parecer Atuarial inserto no Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA), de 17 de fevereiro de 2009, elaborado pela Mercer Human Resource Consulting Ltda, aprovados pela Diretoria Executiva da Fundação em reunião no dia 10 de março de 2009, em anexo;

CONSIDERANDO as Demonstrações Contábeis de encerramento do Exercício de 2008 da BRASILETROS, que compreendem o Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultados do Exercício, Demonstrações do Fluxo Financeiro, respectivas Notas Explicativas e Orçamento Realizado do Exercício de 2008, em anexo; e

CONSIDERANDO, ainda, o Parecer favorável da Auditoria Externa BDO Trevisan Auditores Independentes, de 09 de março de 2009.

DELIBERAÇÃO:

O Conselho deliberou, por unanimidade, após detalhado exame, aprovar, sem restrições, as Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas de encerramento do exercício financeiro de 2008, consubstanciada pelo Parecer do Atuário, bem como, o Parecer do Auditor Independente e, em decorrência exonerar de responsabilidade sobre as contas do exercício, os membros da Diretoria da Fundação.

Ricardo Domingo Marcotti Lobos

Presidente

Heverdan Machado Barcellos

Conselheiro

Humberto Baptista da Rocha

Conselheiro

Conselho Deliberativo

Em 18 de março de 2009.

APROVA O ORÇAMENTO GERAL REALIZADO E O BALANÇO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2008.

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO AMPLA DE SEGURIDADE SOCIAL – BRASILETROS, fazendo uso da competência que lhe confere os itens I e V do artigo 18, do Estatuto:

CONSIDERANDO as peças do Orçamento Geral realizado no exercício de 2008, que compreende: Atividade Previdencial, Atividade Operações Administrativas e Atividade Investimentos;

CONSIDERANDO, o Parecer Atuarial inserto no Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA), de 17 de fevereiro de 2009, elaborado pela Mercer Human Resource Consulting Ltda, aprovados pela Diretoria Executiva da Fundação em reunião no dia 10 de março de 2009, em anexo;

CONSIDERANDO as Demonstrações Contábeis de encerramento do Exercício de 2008 da BRASILETROS, que compreendem o Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultados do Exercício, Demonstrações do Fluxo Financeiro, respectivas Notas Explicativas e Orçamento Realizado do Exercício de 2008, em anexo;

CONSIDERANDO, ainda, o Parecer favorável da Auditoria Externa BDO Trevisan Auditores Independentes, de 09 de março de 2009.

CONSIDERANDO o parecer favorável do Conselho Fiscal, de 13/03/2009, aprovando sem ressalva as Demonstrações Contábeis de encerramento do Exercício de 2008 da BRASILETROS, que compreendem o Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultados do Exercício, Demonstrações do Fluxo Financeiro, respectivas Notas Explicativas e Orçamento Realizado do Exercício de 2008, em anexo;

DELIBERAÇÃO:

O Conselho deliberou, por unanimidade, após detalhado exame, aprovar, sem restrições, as Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas e, em decorrência, considerando o fato de que sobre as mesmas registra-se parecer favorável dos auditores independentes e aprovação do Conselho Fiscal, exonerar de responsabilidade sobre as contas do exercício, os membros da Diretoria da Fundação.

Luís Carlos Silva Miranda

Presidente

Vitelmo Ferreira

Conselheiro

Dilma Nascimento Trindade

Conselheira

Luciana Véras Santos Moreira

Conselheira

Anderson Luís Tostes dos Santos

Conselheiro

Raimundo Câmara Filho

Conselheiro

José Carlos Pacheco

Conselheiro

Jorge Antonio Augusto

Conselheiro

Aurênio Pereira Carneiro Filho

Conselheiro

Augusto César Nogueira de O. Costa

Conselheiro

→ ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Relatório Resumo de Políticas de Investimento - PCA

Entidade: 02169-BRASILETROS

Plano de Benefícios: 1972000111 - PLANO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

Exercício: 2009

Data de Geração: 08/01/2009 16:37:29

TAXA MÍNIMA ATUARIAL / ÍNDICE DE REFERÊNCIA

PERÍODO DE REFERÊNCIA	INDEXADOR	TAXA DE JUROS
01/2009 a 12/2009	INPC	6,00%

DOCUMENTAÇÃO/RESPONSÁVEIS

Nº da Ata de Aprovação: 084

Data da Aprovação pelo Conselho Deliberativo: 23/12/2008

ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO			
SEGMENTO	NOME	CPF	CARGO
PLANO DE BENEFÍCIOS	Vitelmo Ferreira	025.114.527-15	Diretor de Investimentos, Administração e Finanças

CONTROLE DE RISCOS

Risco de Mercado

Risco de Liquidez

Risco de Contraparte

Risco Legal

Risco Operacional

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 01/2009 A 12/2009					
SEGMENTO	INVESTIMENTO	MÍNIMO	MÁXIMO	ALVO	
RENDA FIXA	Baixo Risco de Crédito	57,00%	100,00%	77,42%	
RENDA FIXA	Médio Risco de Crédito	0,00%	5,00%	0,00%	
RENDA FIXA	Alto Risco de Crédito	0,00%	5,00%	0,00%	
RENDA VARIÁVEL	Empresas com IGC/Bovespa	0,00%	30,00%	11,35%	
RENDA VARIÁVEL	Sociedade de Propósito Específico	0,00%	5,00%	0,00%	
RENDA VARIÁVEL	Parceria Público-Privada	0,00%	5,00%	0,00%	
IMÓVEIS	Investimentos Visando Ulterior Alienação	0,00%	8,00%	0,00%	
IMÓVEIS	Investimentos Visando Aluguéis e Renda	0,00%	8,00%	6,23%	
IMÓVEIS	Fundos de Investimento Imobiliário	0,00%	8,00%	0,00%	
IMÓVEIS	Outros Investimentos Imobiliários	0,00%	8,00%	0,00%	
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	Empréstimos	0,00%	10,00%	5,00%	
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	Financiamentos	0,00%	1,00%	0,00%	

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 01/2009 A 12/2009	
DERIVATIVOS	
Limite Máximo para Proteção: 100,00 %	Limite Máximo para Exposição: 100,00 %

LIMITES MÁXIMOS DE DIVERSIFICAÇÃO

Período de Referência: 01/2009 a 12/2009

Em Pessoas Jurídicas ou Conglomerados: 20,00%

Em Patrocinadoras e Ligadas: 10,00%

ATIVOS DE RENDA FIXA	BAIXO RISCO	MÉDIO RISCO	ALTO RISCO
PESSOA JURÍDICA NÃO FINANCEIRA	10,00%	10,00%	10,00%
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	20,00%	20,00%	20,00%
FIDC	20,00%	10,00%	10,00%

COMPANHIAS ABERTAS

Por Capital Votante: 20,00%	Dos Recursos Garantidores: 10,00%	Por Capital Total: 20,00%
-----------------------------	-----------------------------------	---------------------------

SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO

Por Projeto: 25,00%	Por Projeto + Inversões das Patrocinadoras: 40,00%
---------------------	--

IMÓVEIS

Por Imóvel: 4,00%	PL do Fundo: 25,00%
-------------------	---------------------

GESTÃO DOS RECURSOS

Tipo/Forma: Externa

Periodicidade da Avaliação: 6 Meses

Quantidade de Gestores: 8

Critérios de Avaliação: Em relação ao objetivos do segmento

CRITÉRIO PARA CONTRATAÇÃO

QUALITATIVOS	QUANTITATIVOS
Histórico da Empresa e dos Controladores	Rentabilidade Histórica Auferida
Capacitação Técnica	Riscos Incorridos
Práticas de Marcação a Mercado	Custos
Estrutura de Suporte e de Controle	Total de Recursos Administrados

Estratégia de Formação de Preço: Externa

Faz acompanhamento das estratégias formuladas ou desempenhadas: Sim

PARTICIPAÇÃO EM ASSEMBLÉIAS DE ACIONISTAS

Não participa

CENÁRIO MACROECONÔMICO, OBSERVAÇÕES E JUSTIFICATIVAS

CENÁRIO MACROECONÔMICO

ANO	TAXA REAL (% AA) EM RELAÇÃO AO INPC						
	INPC	SELIC	IBOVESPA	IFM	IFM-I	IPCA	IGP-M
2009	4,90	8,08	15,11	9,90	8,80	0,15	0,57
2010	4,50	7,18	14,14	8,98	7,89	0,00	0,00
2011	4,50	6,22	13,12	8,00	6,93	0,00	0,00
2012	4,32	5,44	12,30	7,21	6,15	0,17	0,17
2013	4,32	5,44	12,30	7,21	6,15	0,17	0,17

Relatório Resumo de Políticas de Investimento - PACV

Entidade:02169-BRASILETROS

Plano de Benefícios: 1999000374-PLANO DE APOSENTADORIA DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL

Exercício: 2009

Data de Geração: 08/01/2009 16:50:04

TAXA MÍNIMA ATUARIAL / ÍNDICE DE REFERÊNCIA

INDEXADOR POR PLANO/SEGMENTO - PERÍODO DE REFERÊNCIA : 01/2009 A 12/2009				
PARTICIPAÇÃO	PLANO/SEGMENTO	PERCENTUAL INDEXADOR	INDEXADOR	TAXA DE JUROS
70,00%	RENDA FIXA	100,00%	DI-CETIP	0,00%
30,00%	RENDA FIXA	100,00%	IMA-B	0,00%
100,00%	RENDA VARIÁVEL	100,00%	IBrX50	0,00%
100,00%	IMÓVEIS	100,00%	INPC	6,00%
100,00%	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	100,00%	INPC	6,00%

DOCUMENTAÇÃO/RESPONSÁVEIS

Nº da Ata de Aprovação: 084

Data da Aprovação pelo Conselho Deliberativo: 23/12/2008

ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO			
SEGMENTO	NOME	CPF	CARGO
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	Vitelmo Ferreira	025.114.527-15	Diretor de Investimentos, Administração e Finanças
RENDA VARIÁVEL	Vitelmo Ferreira	025.114.527-15	Diretor de Investimentos, Administração e Finanças
RENDA FIXA	Vitelmo Ferreira	025.114.527-15	Diretor de Investimentos, Administração e Finanças
IMÓVEIS	Vitelmo Ferreira	025.114.527-15	Diretor de Investimentos, Administração e Finanças

CONTROLE DE RISCOS

Risco de Mercado

Risco de Liquidez

Risco de Contraparte

Risco Legal

Risco Operacional

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 01/2009 A 12/2009				
SEGMENTO	INVESTIMENTO	MÍNIMO	MÁXIMO	ALVO
RENDA FIXA	Baixo Risco de Crédito	55,00%	100,00%	71,12%
RENDA FIXA	Médio Risco de Crédito	0,00%	5,00%	0,00%
RENDA FIXA	Alto Risco de Crédito	0,00%	5,00%	0,00%
RENDA VARIÁVEL	Empresas com IGC/Bovespa	0,00%	35,00%	23,88%
RENDA VARIÁVEL	Sociedade de Propósito Específico	0,00%	15,00%	0,00%
RENDA VARIÁVEL	Parceria Público-Privada	0,00%	15,00%	0,00%
IMÓVEIS	Investimentos Visando Ulterior Alienação	0,00%	4,00%	0,00%
IMÓVEIS	Investimentos Visando Aluguéis e Renda	0,00%	4,00%	0,00%
IMÓVEIS	Fundos de Investimento Imobiliário	0,00%	4,00%	0,00%
IMÓVEIS	Outros Investimentos Imobiliários	0,00%	4,00%	0,00%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	Empréstimos	0,00%	10,00%	5,00%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	Financiamentos	0,00%	1,00%	0,00%

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 01/2009 A 12/2009**Derivativos**

Limite Máximo para Proteção: 100,00 %

Limite Máximo para Exposição: 100,00 %

LIMITES MÁXIMOS DE DIVERSIFICAÇÃO

Período de Referência: 01/2009 a 12/2009

Em Pessoas Jurídicas ou Conglomerados: 20,00%

Em Patrocinadoras e Ligadas: 10,00%

ATIVOS DE RENDA FIXA	BAIXO RISCO	MÉDIO RISCO	ALTO RISCO
PESSOA JURÍDICA NÃO FINANCEIRA	10,00%	10,00%	10,00%
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	20,00%	20,00%	20,00%
FIDC	20,00%	10,00%	10,00%

COMPANHIAS ABERTAS

Por Capital Votante: 20,00%

Dos Recursos Garantidores: 10,00%

Por Capital Total: 20,00%

SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO

Por Projeto: 25,00%

Por Projeto + Inversões das Patrocinadoras: 40,00%

IMÓVEIS

Por Imóvel: 4,00%

PL do Fundo: 25,00%

GESTÃO DOS RECURSOS

Tipo/Forma: Externa

Periodicidade da Avaliação: 6 Meses

Quantidade de Gestores: 5

Critérios de Avaliação: Em relação ao objetivos do segmento

CRITÉRIO PARA CONTRATAÇÃO

QUALITATIVOS	QUANTITATIVOS
Histórico da Empresa e dos Controladores	Rentabilidade Histórica Auferida
Capacitação Técnica	Riscos Incorridos
Práticas de Marcação a Mercado	Custos
Estrutura de Suporte e de Controle	Total de Recursos Administrados

Estratégia de Formação de Preço: Externa

Faz acompanhamento das estratégias formuladas ou desempenhadas: Sim

PARTICIPAÇÃO EM ASSEMBLÉIAS DE ACIONISTAS

Não participa

CENÁRIO MACROECONÔMICO, OBSERVAÇÕES E JUSTIFICATIVAS**CENÁRIO MACROECONÔMICO****TAXA REAL (% AA) EM RELAÇÃO AO INPC**

ANO	INPC	SELIC	IBOVESPA	IFM	IFM-I	IPCA	IGP-M
2009	4,90	8,08	15,11	9,90	8,80	0,15	0,57
2010	4,50	7,18	14,14	8,98	7,89	0,00	0,00
2011	4,50	6,22	13,12	8,00	6,93	0,00	0,00
2012	4,32	5,44	12,30	7,21	6,15	0,17	0,17
2013	4,32	5,44	12,30	7,21	6,15	0,17	0,17

→ DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DOS INVESTIMENTOS

Demonstrativo Analítico de Investimentos dos Planos de Benefícios

Dez 2008 e 2007

DESCRIÇÃO	PLANO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA - PCA				PLANO DE APOSENTADORIA DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL - PACV			
	2008	%	2007	%	2008	%	2007	%
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	467.076.265,23	100,00	515.956.125,41	100,00	173.769.571,56	100,00	182.954.184,09	100,00
Disponível	53.868,98	0,01	64.281,48	0,01	80.829,85	0,05	74.709,74	0,04
TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES	467.022.396,25	99,99	515.891.843,93	99,99	173.688.741,71	99,57	182.879.474,35	99,96
INVESTIMENTOS DE RENDA FIXA	349.302.363,21	74,78	338.558.274,26	65,62	144.949.377,13	83,41	136.928.180,05	74,84
Quotas de FIF - Renda Fixa	349.302.363,21	74,78	334.768.863,91	64,88	143.393.523,15	82,52	132.418.955,62	72,38
Banco Alfa de Investimento	73.314.215,68	15,70	72.294.424,79	14,01	-	-	-	-
Banco BNP Paribas Asset Management	-	-	-	-	87.272.735,45	50,22	88.252.978,29	48,24
Banco Bradesco S.A	73.481.042,26	15,73	76.025.727,57	14,73	-	-	-	-
Banco Real ABN Amro Bank	17.159.746,52	3,67	27.034.916,38	5,24	56.120.787,70	32,30	44.165.977,33	24,14
Banco Votorantim	87.808.113,19	18,80	85.634.395,19	16,60	-	-	-	-
HSBC - Asset Management	97.539.245,56	20,88	73.779.399,98	14,30	-	-	-	-
Quotas de FAQ - Renda Fixa	-	-	3.789.410,35	0,73	1.555.853,98	0,90	4.509.224,43	2,46
Caixa Economica Federal	-	-	3.789.410,35	0,73	-	-	-	-
SulAmérica	-	-	-	-	1.555.853,98	0,90	4.509.224,43	2,46
INVESTIMENTOS DE RENDA VARIÁVEL	82.292.021,72	17,62	141.543.206,20	27,43	28.739.016,82	16,15	45.949.265,47	25,12
Mercado de Ações à Vista	7,95	0,00	11,70	0,00	-	-	-	-
Cia.Eletricidade do RJ-CERJ ON	7,95	0,00	11,70	0,00	-	-	-	-
Fundos de Ações - Carteira Livre	80.679.967,21	17,27	138.748.746,17	26,89	28.068.892,92	16,15	45.949.265,47	25,12
Banco Real ABN Amro Bank	39.569.816,14	8,47	67.474.411,15	13,08	-	-	-	-
Banco Bradesco S. A	22.316.243,96	4,78	36.734.143,03	7,12	-	-	-	-
HSBC - Asset Management	18.793.907,11	4,02	34.540.191,99	6,69	-	-	-	-
Santander Brasil S.A. CCVM	-	-	-	-	28.068.892,92	16,15	45.949.265,47	25,12
Quotas de Fundos de Invest.Financeiro-RE	1.612.046,56	0,35	2.794.448,33	0,54	670.123,90	-	-	-
Icatu Hartford Administradora de Recursos Ltda	244.203,49	0,05	426.385,19	0,08	-	-	-	-
Unibanco Asset Management	679.174,46	0,15	1.145.814,32	0,22	-	-	-	-
Schroder Investment M.Brasil DTVM S.A.	688.668,61	0,15	1.222.248,82	0,24	-	-	-	-
Banco Votorantim	-	-	-	-	670.123,90	0,39	-	-
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	35.369.375,38	7,57	35.742.924,83	6,93	-	-	-	-
Edificações Locadas a(s) Patrocinadora(s)	28.853.211,35	6,18	32.811.844,55	6,36	-	-	-	-
Avenida Paulo Leitão, 695 - Magé - RJ	1.664.525,39	0,36	1.710.981,38	0,33	-	-	-	-
Praça Leoni Ramos, 1 Bl. 1 e 2 - Niterói - RJ	26.366.178,92	5,64	30.269.515,47	5,87	-	-	-	-
Rua Aureliano Coutinho,81 - Petrópolis - RJ	822.507,04	0,18	831.347,70	0,16	-	-	-	-
Edificações para Renda	6.514.894,03	1,39	3.016.534,41	0,58	-	-	-	-
Rua Aureliano Coutinho,81 - Petrópolis - RJ	2.984.456,19	0,64	3.016.534,41	0,58	-	-	-	-
Praça Leoni Ramos, 1 Bl. 1 e 2 - Niterói - RJ	3.530.437,84	0,76	-	-	-	-	-	-
Valores a Receber	5.870,00	0,00	5.765,78	0,00	-	-	-	-
Valores a Pagar (-)	4.600,00	0,00	91.219,91	0,02	-	-	-	-
FINANCIAMENTOS AOS PARTICIPANTES	58.635,94	0,01	47.438,64	0,01	347,76	0,00	2.028,83	0,00
Financiamento Imobiliário	58.733,77	0,01	47.536,47	0,01	347,76	0,00	2.028,83	0,00
Valores a Receber	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores a Pagar(-)	97,83	0,00	97,83	0,00	-	-	-	-

Demonstrativo dos Investimentos por Ativo

Dezembro de 2008

DESCRIÇÃO	PLANO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA - PCA	PLANO DE APOSENTADORIA DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL - PACV	CONSOLIDADO
TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO GOVERNO FEDERAL			
Letras Financeiras do Tesouro	92.037.470,97	18.617.405,44	110.654.876,41
Letras do Tesouro Nacional	80.330.511,25	22.353.769,41	102.684.280,66
Notas do Tesouro Nacional	84.982.212,18	75.150.927,77	160.133.139,95
Títulos de responsabilidade do Banco Central	-	-	-
APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS			
Certificado e Recibo de Depósitos Bancários	63.469.874,94	10.693.406,16	74.163.281,10
Fundos de Aplic. Quotas de Fundos de Investimento	10.418.507,98	1.351.950,17	11.770.458,15
Swap/Opções/Opções de Futuros	25.196,54	8.384,65	33.581,19
TÍTULOS DE EMPRESAS			
Debêntures	13.291.333,04	10.401.765,28	23.693.098,32
Certificado de Compra/Venda a Termo	68.028,72	2.484.600,61	2.552.629,33
Nota	5.557.706,00	1.853.766,06	7.411.472,06
Ações	80.325.306,81	28.854.094,95	109.179.401,76
Outros	1.088.236,50	1.918.323,45	3.006.559,95
SUB - TOTAL	431.594.384,93	173.688.393,95	605.282.778,88
Investimentos Imobiliários	35.373.975,38		35.373.975,38
Operações com Participantes	58.733,77	347,76	59.081,53
TOTAL	467.027.094,08	173.688.741,71	640.715.835,79

Rentabilidade Nominal pelo modelo de Cotas X Benchmarks

Valor em Risco (VaR) – Dezembro de 2008

SEGMENTOS	2008					
	RENTABILIDADE %	CDI - %	IBX-50 - %	META ATUARIAL	VAR EM R\$	VAR EM %
Renda Fixa	8,84	12,37			6.907.234,62	1,379
Renda Variável	-36,92		-43,16		31.932.608,17	29,313
Investimentos Imobiliários	15,09					
Financiamento Imobiliário a Participantes	163,74					
Meta Atuarial				12,87		
Consolidado					38.121.945,10	6,248

Comentário 1: As aplicações de Renda Fixa ficaram abaixo do *benchmark* (CDI) em 3,53%. As aplicações de Renda Variável ficaram acima do *benchmark* (IBX-50) em 6,24%. Destaca-se que no ano, a rubrica de Contribuições Contratadas com a Patrocinadora AMPLA, auferiu uma rentabilidade pela TIR (Taxa Interna de Retorno) de 13,64%.

Comentário 2: Segmento de Renda Fixa: Para obtenção do prêmio desejado, o risco máximo admitido está associado ao

valor em risco - VaR* (confiabilidade de 95%). Prazo: 21 d.u. Valor em risco: 20% do CDI

Segmento de Renda Variável: Para obtenção do prêmio desejado, espera-se um nível de risco ativo médio (Tracking Error**) por volta de 5% a.a. Será controlado o risco ativo dos investimentos em renda variável, apurando o desvio-padrão das diferenças entre as rentabilidades diárias das carteiras e do *benchmark* a elas atribuído.

Alocação dos recursos segundo gestão própria e terceirizada

Dezembro de 2008

ALOCÇÃO DE RECURSOS SEGUNDO GESTÃO PRÓPRIA E TERCEIRIZADA - 2008						
DESCRIÇÃO	PLANO DE COMPL. DE APOSENTADORIA PCA		PLANO DE APOSENT. DE CONTRIB. VARIÁVEL PACV		CONSOLIDADO	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
PRÓPRIA:	35.428.019,27	7,59	347,76	0,00	35.428.367,03	5,53
Renda Variável	7,95	0,00	-	-	7,95	0,00
Investimentos Imobiliários	35.369.375,38	7,58	-	-	35.369.375,38	5,52
Financ.Imobiliário a Participantes	58.635,94	0,01	347,76	0,00	58.983,70	0,01
TERCEIRIZADA:	431.594.376,98	92,41	173.688.393,95	100,00	605.282.770,93	94,47
Renda Fixa	349.302.363,21	74,79	144.949.377,13	83,45	494.251.740,34	77,14
Renda Variável	82.292.013,77	17,62	28.739.016,82	16,55	111.031.030,59	17,33
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	467.022.396,25	100,00	173.688.741,71	100,00	640.711.137,96	100,00

Notas:

*VaR – Adotou-se a metodologia do cálculo do risco pelo conceito do “VALUE-AT-RISK (VaR)”, que de maneira bem simples, é uma medida monetária que indica a perda máxima em uma carteira para um dado período de tempo (por exemplo, um dia), com um dado grau de confiança (por exemplo, 95%). Se dissermos que a nossa carteira de ações possui um VaR de R\$ X, em um dia e para um intervalo de confiança de 95%, isto equivale dizermos que há 5% de probabilidade de nossa carteira perder mais de R\$ X em um dia. Ou podemos dizer que em 1 a cada 21 dias úteis iremos perder mais do que R\$ X.

**Traking Error (Risco Ativo) – É o desvio padrão dos retornos ativos. Fornece a oscilação dos retornos da carteira em relação ao *benchmark* (índice que se deseja). Retornos ativos são os retornos obtidos acima ou abaixo do *benchmark* definido. Por exemplo, uma carteira obteve X% de retorno e o *benchmark* obteve Y% de retorno no mesmo período. O retorno ativo é a diferença do retorno da carteira e o retorno do *benchmark*, ou seja (X-Y)%.

As despesas Administrativas dos investimentos por planos, discriminadas conforme Instrução SPC nº 14, de 18 de janeiro de 2007

DESPESAS ADMINISTRATIVAS	2008		TOTAL GERAL
	PCA	PACV	
PESSOAL E ENCARGOS	1.015.595,35	356.830,80	1.372.426,16
Remun.da Diretoria/Empregados	1.002.259,69	352.145,30	1.354.404,99
Viagens	13.335,67	4.685,50	18.021,17
SERVIÇOS DE TERCEIROS	192.931,63	67.786,79	260.718,42
Assessoria Jurídica	51.299,12	18.024,01	69.323,13
Auditoria	14.458,09	5.079,87	19.537,96
Consultoria de Investimentos	47.219,41	16.590,61	63.810,02
Serviços de Comunicação	7.403,70	2.601,30	10.005,00
Aluguel de Software	21.702,14	7.625,08	29.327,22
Assessor Técnico	30.499,16	10.715,92	41.215,08
Assessoria Administrativa	5.933,80	2.084,85	8.018,65
Serviços de Motoboy	8.464,22	2.973,91	11.438,13
Assessoria de Informática	3.508,16	1.232,60	4.740,75
Outras Serviços	2.443,84	858,64	3.302,48
DESPESAS GERAIS	265.460,51	93.269,91	358.730,43
Manut.de Equipamentos	1.238,64	435,20	1.673,84
Associações e Sindicatos	9.763,52	3.430,42	13.193,94
Telefone/Fax	3.731,05	1.310,91	5.041,96
Correios	20.621,77	7.245,48	27.867,25
Mat.de Informática e Escritório	11.665,25	4.098,60	15.763,85
Cartório	4.364,31	1.533,40	5.897,71
Assinaturas	853,80	299,98	1.153,78
Cópias e Reproduções	5.678,89	1.995,29	7.674,18
Publicações	16.639,20	5.846,20	22.485,40
Pis/Cofins	85.238,44	29.948,64	115.187,08
Despesas com Transporte	2.657,97	933,88	3.591,85
Desp. com Instalação nova Sede	101.200,04	35.556,77	136.756,81
Outras Despesas	1.807,65	635,13	2.442,78
DEPRECIÇÃO	14.017,80	4.925,17	18.942,97
TOTAL	1.488.005,29	522.812,68	2.010.817,97

Desembolso com a administração da Carteira de Investimentos - 2008

SEGMENTOS	ADMINISTRAÇÃO	CUSTÓDIA	CORRETAGENS	PERFORMANCE	OUTROS	TOTAL
RENDA FIXA	866.472,40	204.168,48	103.697,20	0,00	185.791,36	1.360.129,44
PCA	605.089,29	145.046,96	38.470,58	0,00	112.422,15	901.028,98
PACV	261.383,11	59.121,52	65.226,62	0,00	73.369,21	459.100,46
RENDA VARIÁVEL	424.175,56	65.995,23	203.801,09	17.412,74	91.568,49	802.953,11
PCA	328.782,44	49.974,35	186.117,94	3.414,16	66.087,91	634.376,80
PACV	95.393,12	16.020,88	17.683,15	13.998,58	25.480,58	168.576,31
TOTAL	1.290.647,96	270.163,71	307.498,29	17.412,74	277.359,85	2.163.082,55
PCA	933.871,73	195.021,31	224.588,52	3.414,16	178.510,06	1.535.405,78
PACV	356.776,23	75.142,40	82.909,77	13.998,58	98.849,79	627.676,77

Custódia, Controladoria e Consolidação: HSBC

Gerenciamento de Risco e Cálculo da Divergência não Planejada: RISK OFFICE

Empresa responsável pela auditoria contábil e para avaliação da pertinência e aprimoramento técnicos, operacionais e de controle com relação aos investimentos e atividades da entidade: Trevisan Auditores Independentes

Atuário Oficial: Mercer Human Resource Consulting

Responsável pela aplicação dos recursos da Fundação: Administ. Estatutário Tecnicamente Qualificado, conforme § 5º do art. 35 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001: Vitelmo Ferreira.

Diretor de Investimentos, Administração e Finanças: Vitelmo Ferreira Tel: (21) 2707-5552 e-mail : vitelmo@ampla.com

Contadora: Maria Helena Formaggieri Cunha

DIRETORIA EXECUTIVA:

Luís Carlos Silva Miranda
Diretor-Presidente

Vitelmo Ferreira
Diretor de Invest., Admin. e Finanças

Dilma Nascimento Trindade
Diretora de Seguridade

→ MODIFICAÇÕES NO ESTATUTO E REGULAMENTOS

Estatuto

Dos Órgãos de Administração e Fiscalização

SEÇÃO II

Da Diretoria Executiva

Redação Anterior

Art. 29 - Os demais Diretores praticarão os atos que lhes forem atribuídos em norma própria, observado o que dispuserem o Estatuto, os Regulamentos e as deliberações do Conselho Deliberativo e da Diretoria Executiva.

Redação Atual

(Aprovada pela SPC)

Art. 29 - Compete, privativamente, ao Diretor de Investimentos, Administração e Finanças da Fundação:

- I - participar da elaboração da proposta orçamentária anual e plurianual da Fundação;
- II - planejar e supervisionar a Política de Investimentos da Fundação, bem como a aplicação e o desenvolvimento dos programas fixados;
- III - analisar e supervisionar a composição dos Balanços e das Contas de Resultado da Fundação;
- IV - acompanhar a tendência macroeconômica-financeira do mercado e seus reflexos na Fundação;
- V - acompanhar o desempenho atuarial do Plano de Custeio;
- VI - aprovar e assinar, onde exigido, a documentação contábil-financeira da Fundação;
- VII - acompanhar e autorizar resgates e aplicações de natureza financeira e de investimentos;
- VIII - planejar, supervisionar e coordenar as atividades orçamentárias e financeiras de provimento de recursos administrativos, humanos e materiais necessários ao funcionamento e desenvolvimento da Fundação.

Justificativa

Inclusão das funções dos Diretores para atendimento a apontamento da fiscalização.

Inclusão

(Aprovada pela SPC)

Art. 30 - Compete, privativamente, ao Diretor de Seguridade da Fundação:

- I - administrar os planos implantados e acompanhar os resultados obtidos nos programas de

benefícios previdenciais, propondo correções e alterações necessárias ao seu aperfeiçoamento;

- II - executar, coordenar e controlar as atividades de responsabilidade da Fundação, firmadas em contratos ou convênios com as Patrocinadoras, entidades profissionais / sindicais e/ou com a Previdência Social;
- III - supervisionar, coordenar e planejar as atividades de natureza atuarial;
- IV - informar e instruir, permanentemente, os participantes sobre os benefícios e serviços a que têm direito e suas obrigações para com a Fundação.

Justificativa

Inclusão das funções dos Diretores para atendimento a apontamento da fiscalização.

SEÇÃO III

Do Conselho Fiscal

Redação Anterior

Art. 35 - O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros, sendo 2 (dois) indicados pelas Patrocinadoras, cujos mandatos poderão ser renovados a seu critério, e 1 (um) eleito pelos participantes ativos e participantes assistidos vinculados à Fundação.

Redação Atual

(Aprovada pela SPC)

Art. 36 - O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros, sendo 2 (dois) indicados pelas Patrocinadoras, cujos mandatos poderão ser renovados a seu critério, e 1 (um) eleito pelos participantes ativos e participantes assistidos vinculados à Fundação.

Justificativa

Não alterado.

Redação Anterior

§1º - Havendo mais de 1 (uma) Patrocinadora, a Instituidora indicará o Presidente do Conselho Fiscal, sendo o membro remanescente indicado, de comum acordo, pelas demais Patrocinadoras.

Redação Atual

(Aprovada pela SPC)

§1º - Havendo mais de 1 (uma) Patrocinadora, a Instituidora indicará o Presidente do Conselho Fiscal, sendo o membro remanescente indicado, de comum acordo, pelas demais Patrocinadoras.

Justificativa

Não alterado.

Redação Anterior

§2º - Não havendo acordo entre as demais Patrocinadoras para a composição prevista no §1º, o número de membros do Conselho será aumentado de tal forma que, obedecida a regra do §1º, cada Patrocinadora possa indicar pelo menos 1 (um) Conselheiro.

Redação Atual

(Aprovada pela SPC)

§2º - Não havendo acordo entre as demais Patrocinadoras para a composição prevista no §1º, o número de membros do Conselho será aumentado de tal forma que cada Patrocinadora possa indicar pelo menos 1 (um) Conselheiro, obedecida a regra do §1º e mantida a proporcionalidade entre os representantes indicados pelas Patrocinadoras e eleitos pelos participantes, indicada no caput.

Justificativa

Melhoria no texto para atendimento a apontamento da fiscalização.

Regulamento PCA

Esta edição contém o Regulamento do Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA, aprovado pelo Conselho Deliberativo em reunião de 14/05/2008, e pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC, através do Ofício nº 3.568/SPC/DETEC/CGAT, de 15/10/2008 e Portaria nº 2.562, de 15/10/2008. O Regulamento entrou em vigência após a publicação no Diário Oficial da União de 16/10/2008, com as seguintes alterações e inclusões:

ITEM A.8.2

III - Alteração para atendimento a apontamento da fiscalização; adequação à LC 108.

ITEM A.10.18.5

Inclusão para atendimento a apontamento da fiscalização.

A.8 - DO PLANO DE CUSTEIO E OUTRAS DISPOSIÇÕES FINANCEIRAS

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
A.8.2 - O custeio deste Plano será atendido pelas seguintes fontes de receita:	A.8.2 - O custeio deste Plano será atendido pelas seguintes fontes de receita:	Não alterado.
I. contribuição mensal dos Participantes Ativos, mediante o recolhimento de um percentual do Salário Real de Contribuição, a ser anualmente fixado no Plano de Custeio;	I. contribuição mensal dos Participantes Ativos, mediante o recolhimento de um percentual do Salário Real de Contribuição, a ser anualmente fixado no Plano de Custeio;	Não alterado.
II. contribuição mensal dos Participantes Assistidos, mediante o recolhimento de um percentual do Salário Real de Contribuição, a ser fixado anualmente no Plano de Custeio;	II. contribuição mensal dos Participantes Assistidos, mediante o recolhimento de um percentual do Salário Real de Contribuição, a ser fixado anualmente no Plano de Custeio	Não alterado.
III. Contribuição mensal das Patrocinadoras, a ser fixada anualmente no Plano de Custeio, nunca inferior à dos Participantes;	III. contribuição mensal das Patrocinadoras, a ser fixada anualmente no Plano de Custeio, nunca superior à dos Participantes;	Alteração para atendimento a apontamento da fiscalização; adequação à LC 108.

A.10 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
	A.10.18.5 - Os participantes referidos no item A.10.18 deste Regulamento que não optarem pelas condições estabelecidas neste Plano e que estiverem em gozo de aposentadoria por invalidez estarão isentos de contribuição.	Inclusão para atendimento a apontamento da fiscalização.

Regulamento PACV

Esta edição contém o Regulamento do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV, aprovado pelo Conselho Deliberativo em reuniões realizadas em 15/04/2008 e 20/06/2008, e pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC, através do Ofício nº 2.861/SPC/DETEC/CGAT, de 12/08/2008 e Portaria nº 2.457, de 12/08/2008. O Regulamento entrou em vigência após a publicação no Diário Oficial da União de 14/08/2008, com as seguintes alterações e inclusões:

Item B.3.5.1.1, B.3.5.1.2, B.3.5.1.3 e B.3.5.1.4 - Inclusão de item para flexibilização da contribuição para o participante em gozo de auxílio-doença.

Item B.3.13 - Alteração para flexibilização da devolução das contribuições ao participante inválido, situação em que não há o término do vínculo empregatício.

Itens B.3.22.1 e B.7.2.1.1 - Inclusão para que a garantia de inclusão de beneficiários após a concessão do benefício não represente ônus para o Plano.

Itens B.6.4.2.4, B.7.2.1 e B.7.2.2 - Alteração em função da eliminação da opção de renda mensal vitalícia para participantes inscritos a partir de 14/08/2008, data da publicação no Diário Oficial da União.

Itens B.7.2.1 (A e B), B.7.2.1.1 e B.7.2.2 (A e B) - Adaptação redacional em atendimento ao Ofício nº 2082/SPC/DETEC, de 09/06/2008.

B.3 - DOS PARTICIPANTES DO PLANO E SEUS BENEFICIÁRIOS

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
B.3.5 - O Participante Ativo que estiver recebendo um benefício de auxílio-doença pela Previdência Social, detento, prestando serviço militar ou em licença sem vencimentos deverá continuar a contribuir normalmente, de forma a manter a sua condição de Participante.	B.3.5 - O Participante Ativo que estiver recebendo um benefício de auxílio-doença pela Previdência Social, detento, prestando serviço militar ou em licença sem vencimentos deverá continuar a contribuir normalmente, de forma a manter a sua condição de Participante.	Sem alteração
	B.3.5.1 - Será facultada ao Participante Ativo em gozo de auxílio-doença pela Previdência Social, mediante requerimento, a suspensão do pagamento de contribuição nos períodos em que estiver em gozo do referido benefício.	Incluído para flexibilização da contribuição para o participante em gozo de auxílio-doença.
	B.3.5.1.1 - A referida suspensão será válida desde a data do requerimento até a recuperação do Participante.	Incluído para flexibilização da contribuição para o participante em gozo de auxílio-doença.
	B.3.5.1.2 - No período em que o Participante estiver fazendo uso de sua prerrogativa de suspender a contribuição estará, também, automaticamente suspensa a Contribuição Normal da Patrocinadora, mantendo-se, no entanto, as Contribuições Especial e Extra de Patrocinadora.	Incluído para flexibilização da contribuição para o participante em gozo de auxílio-doença.

	B.3.5.1.3 - Caso o Participante não opte formalmente pela suspensão do pagamento de contribuição e venha a deixar de pagar 02 (duas) contribuições mensais consecutivas ou 03 (três) intercaladas, deverá ser observado o disposto na alínea IV do item B.3.12.	Incluído para flexibilização da contribuição para o participante em gozo de auxílio-doença.
	B.3.5.1.4 - Caso o Participante Ativo tenha optado pela suspensão e venha a sofrer uma Invalidez ou a falecer durante o período, o cálculo da Conta Projetada deverá considerar a média das últimas 6 (seis) Contribuições Normais anteriores à suspensão.	Incluído para flexibilização da contribuição para o participante em gozo de auxílio-doença.
B.3.13 - O Participante que tiver sua inscrição cancelada nos termos das alíneas III ou IV do item B.3.12 perderá automaticamente o direito a todos os benefícios previstos neste Regulamento, à exceção do Resgate por Desligamento, que lhe será devido a partir do Término do Vínculo Empregatício com a Patrocinadora.	B.3.13 - O Participante que tiver sua inscrição cancelada nos termos das alíneas III ou IV do item B.3.12 perderá automaticamente o direito a todos os benefícios previstos neste Regulamento, à exceção do Resgate por Desligamento, que lhe será devido a partir do Término do Vínculo Empregatício com a Patrocinadora ou a partir da data de concessão de uma aposentadoria por invalidez concedida pela Previdência Social.	Alterado para flexibilização da devolução das contribuições ao participante inválido, situação em que não há o término do vínculo empregatício.
B.3.22 - Ocorrendo o falecimento do Participante sem que tenha sido feita a inscrição de Beneficiários, assim reconhecidos na forma deste Capítulo, a estes será lícito promovê-la, não lhes assistindo direito a pagamentos vencidos em datas anteriores à sua inscrição.	B.3.22 - Ocorrendo o falecimento do Participante sem que tenha sido feita a inscrição de Beneficiários, assim reconhecidos na forma deste Capítulo, a estes será lícito promovê-la, não lhes assistindo direito a pagamentos vencidos em datas anteriores à sua inscrição.	Sem alteração
	B.3.22.1 - Caso a inscrição de Beneficiários de que trata o item B.3.22 aconteça após a concessão de qualquer benefício, a mesma resultará em recálculo do benefício mediante a equivalência atuarial em relação ao compromisso que seria assumido caso não tivesse havido a inclusão dos novos Beneficiários.	Incluído para garantir que a inclusão de beneficiários após a concessão do benefício não represente ônus para o Plano.

B.6 - DA DATA DO CÁLCULO, DA FORMA E DO PAGAMENTO DOS BENEFÍCIOS

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
B.6.4.2.4 - Em caso de falecimento de Participante Assistido que tenha optado pelo recebimento do benefício na forma do inciso II do item B.7.2.1, seus Beneficiários continuarão recebendo o mesmo benefício mensal que o Participante vinha recebendo durante o período restante.	B.6.4.2.4 - Em caso de falecimento de Participante Assistido que tenha optado pelo recebimento do benefício na forma de renda mensal por um período certo, conforme possibilidade prevista no item B.7.2.1, seus Beneficiários continuarão recebendo o mesmo benefício mensal que o Participante vinha recebendo durante o período restante.	Alterado em função da eliminação da opção de renda mensal vitalícia para participantes inscritos a partir da data de aprovação, pela autoridade governamental competente, da alteração regulamentar aprovada pelo Conselho Deliberativo em 15/04/2008 e 20/06/2008, inclusive.

B.7 - DA DATA DO CÁLCULO, DA FORMA E DO PAGAMENTO DOS BENEFÍCIOS

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
B.7.2.1 - À opção do Participante, os benefícios de aposentadoria, Invalidez ou o Benefício Proporcional Diferido deste Plano serão pagos utilizando-se uma das formas abaixo:	B.7.2.1 - À opção do Participante, os benefícios de aposentadoria, Invalidez ou o Benefício Proporcional Diferido deste Plano serão pagos utilizando-se uma das formas abaixo:	Alterado para eliminação da opção de renda mensal vitalícia para participantes inscritos a partir da data de aprovação, pela autoridade governamental competente, da alteração regulamentar aprovada pelo Conselho Deliberativo em 15/04/2008 e 20/06/2008, inclusive.
	A) Participantes inscritos até a data de aprovação, pela autoridade governamental competente, da alteração regulamentar aprovada pelo Conselho Deliberativo em 15/04/2008 e 20/06/2008, inclusive:	Adaptação redacional em atendimento ao Ofício nº 2082/SPC/DETEC, de 09/06/2008.
I. renda mensal vitalícia Atuarialmente Equivalente ao saldo aplicável, com as seguintes alternativas:	I. renda mensal vitalícia Atuarialmente Equivalente ao saldo aplicável, com as seguintes alternativas:	
a) com reversão em Pensão por Morte para os Beneficiários em caso de falecimento do Participante;	a) com reversão em Pensão por Morte para os Beneficiários em caso de falecimento do Participante;	
b) sem reversão em Pensão por Morte para os Beneficiários em caso de falecimento do Participante.	b) sem reversão em Pensão por Morte para os Beneficiários em caso de falecimento do Participante.	
II. renda mensal por um período certo, sendo no mínimo 05 (cinco) anos e no máximo 20 (vinte) anos, à escolha do Participante.	II. renda mensal por um período certo, sendo no mínimo 05 (cinco) anos e no máximo 20 (vinte) anos, à escolha do Participante.	

	B) Participantes inscritos a partir da data de aprovação, pela autoridade governamental competente, da alteração regulamentar aprovada pelo Conselho Deliberativo em 15/04/2008 e 20/06/2008:	Adaptação redacional em atendimento ao Ofício nº 2082/SPC/DETEC, de 09/06/2008.
	I. renda mensal por um período certo, sendo no mínimo 05 (cinco) anos e no máximo 20 (vinte) anos, à escolha do Participante.	
	B.7.2.1.1 - No caso de inclusão de novos Beneficiários após a concessão ao Participante de qualquer benefício na forma de renda mensal vitalícia, com reversão em Pensão por Morte para os Beneficiários em caso de falecimento, serão oferecidas ao Participante as seguintes opções:	Incluído para garantir que a inclusão de beneficiários após a concessão do benefício não represente ônus para o Plano. Adaptação redacional em atendimento ao Ofício nº 2082/SPC/DETEC, de 09/06/2008.
	a) recálculo do benefício mediante a equivalência atuarial em relação ao compromisso que seria assumido caso não tivesse havido a inclusão dos novos Beneficiários;	
	b) manutenção do nível de benefício que vinha sendo pago, devendo para tanto o Participante realizar aporte, à vista e em pagamento único, de valor calculado pelo Atuário do Plano, para a complementação da reserva matemática, de modo a refletir o compromisso adicional relativo à inclusão de novo Beneficiário.	
B.7.2.2 - Em caso de falecimento de Participante Ativo, Autopatrocinado ou Vinculado, à opção do conjunto de Beneficiários, o benefício de Pensão por Morte deste Plano será pago utilizando-se uma das formas abaixo:	B.7.2.2 - Em caso de falecimento de Participante Ativo, Autopatrocinado ou Vinculado, à opção do conjunto de Beneficiários, o benefício de Pensão por Morte deste Plano será pago utilizando-se uma das formas abaixo:	Alterado para eliminação da opção de renda mensal vitalícia relativamente aos participantes inscritos a partir da data de aprovação, pela autoridade governamental competente, da alteração regulamentar aprovada pelo Conselho Deliberativo em 15/04/2008 e 20/06/2008, inclusive.
	A) Participante falecido inscrito até a data de aprovação, pela autoridade governamental competente, da alteração regulamentar aprovada pelo Conselho Deliberativo em 15/04/2008 e 20/06/2008, inclusive:	Adaptação redacional em atendimento ao Ofício nº 2082/SPC/DETEC, de 09/06/2008.

I. renda mensal Atuarialmente Equivalente ao saldo aplicável;	I. renda mensal Atuarialmente Equivalente ao saldo aplicável;	
II. renda mensal por um período certo, sendo no mínimo 05 (cinco) anos e no máximo 20 (vinte) anos, à escolha dos Beneficiários.	II. renda mensal por um período certo, sendo no mínimo 05 (cinco) anos e no máximo 20 (vinte) anos, à escolha dos Beneficiários.	
	B) Participante falecido inscrito a partir da data de aprovação, pela autoridade governamental competente, da alteração regulamentar aprovada pelo Conselho Deliberativo em 15/04/2008 e 20/06/2008:	Adaptação redacional em atendimento ao Ofício nº 2082/SPC/DETEC, de 09/06/2008.
	I. renda mensal por um período certo, sendo no mínimo 05 (cinco) anos e no máximo 20 (vinte) anos, à escolha dos Beneficiários.	

